

PSAM - Governança participativa na Baía de Guanabara

ONU destaca dietas boas para saúde e meio ambiente

França proíbe copos e pratos plásticos descartáveis

Santander multado em R\$ 475 milhões pelo IBAMA

REVISTA

do meio ambiente



A semente esta viva.

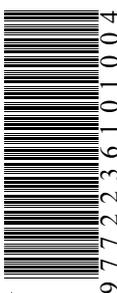
Vilmar Berna Presente!

No lançamento do Prêmio Chico Mendes de Jornalismo Ambiental, Vilmar recebeu a homenagem do Sindicato dos Jornalistas pelas mãos do amigo e Prefeito de Niterói, Axel Grael.



ANO XVIII • ESPECIAL 2024

ISSN 2236-1014



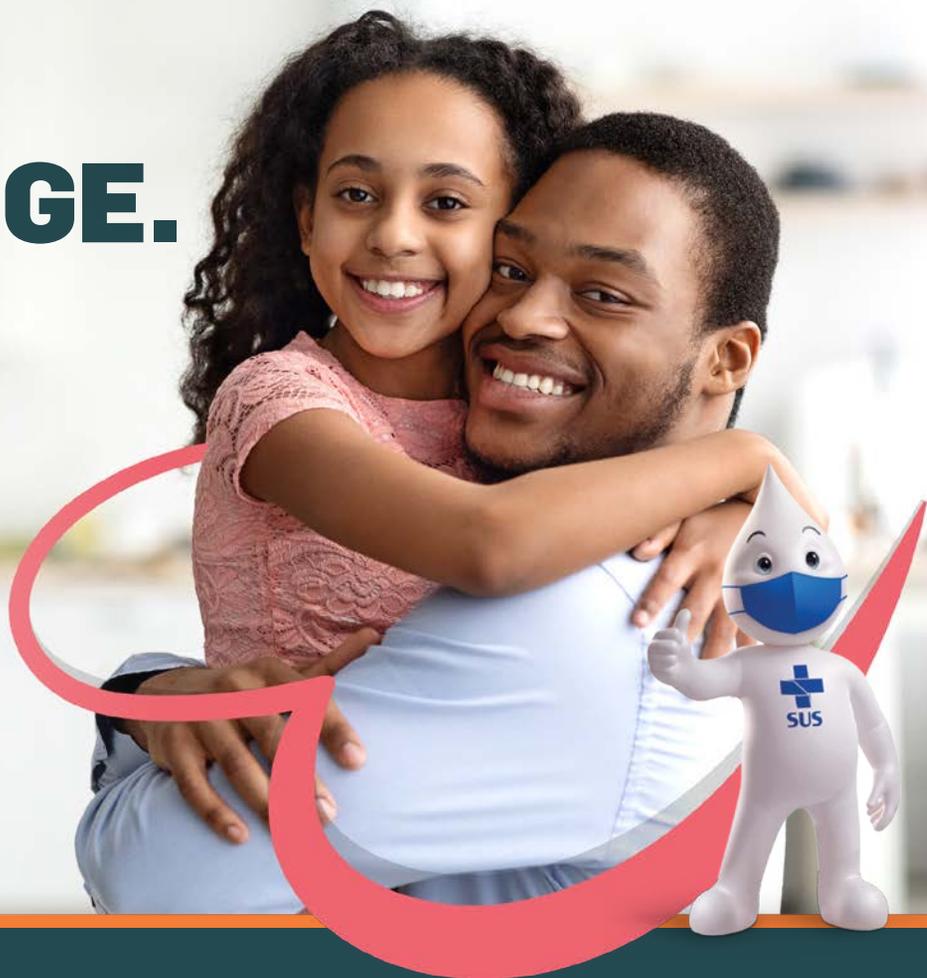
9 772 236 101004

rebia
REDE BRASILEIRA
de informação ambiental

revistadomeioambiente.org.br

QUEM AMA PROTEGE.

VACINAR É SINÔNIMO DE VIDA. UM CUIDADO ESPECIAL COM VOCÊ E COM QUEM VOCÊ AMA.



Campanha autorizada pelo TIRE-RJ - 071ª Zona Eleitoral de Niterói - RJ sob o nº 0600022-13.2024.6.19.0072

CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE NITERÓI

COMPLETE O CICLO VACINAL PARA TER MAIOR PROTEÇÃO CONTRA DIVERSAS DOENÇAS. COM O HPV, A INFLUENZA, A POLIOMIELITE, ENTRE OUTRAS DOENÇAS, NÃO SE BRINCA.



Confira os locais de vacinação em saude.niteroi.rj.gov.br

PREFEITURA DE NITERÓI

Adeus a um cidadão brasileiro

por DAL MARCONDES

AsUma das tarefas mais difíceis é falar sobre um amigo que parte. Mais ainda quando ele não é apenas um amigo, mas sim um homem que construiu uma vida muito além de qualquer limite que a própria vida lhe impôs. Há muito o que se possa dizer dessa pessoa, pai, marido, avô dentro da dimensão humana. Um caráter inquieto e incapaz de desviar o olhar de uma iniquidade. Vilmar Sidnei Demamam Berna, ou simplesmente Vilmar Berna nunca guardou para si sua acurada visão da humanidade e do mundo. Tornou-se jornalista para contar histórias e defender o maior bem da vida, o Planeta Terra. Foi reconhecido pela ONU como um lutador, recebeu o Prêmio Global 500 das mãos do imperador Akihito, do Japão, por ser um incansável defensor da vida, em todas as suas formas e dimensões. Nisso esteve ao lado de gigantes como seringueiro Chico Mendes e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Conta-se que os diplomatas brasileiros estavam preocupados, porque Vilmar não deveria e não poderia dirigir a palavra ao Imperador. O protocolo japonês colocou todas as regras de uma cerimônia solene e pediu que Vilmar apenas se dirigisse ao palco, recebesse a honraria e retornasse a seu lugar. Não deu certo.

Vilmar dirigiu-se ao palco, olhou fixamente e imperador e fez um arrazoado sobre a política japonesa de caça às baleias. Tentaram interromper, mas o próprio imperador pediu que continuasse e



Ninguém melhor para falar sobre a vida do ser humano, jornalista, militante, escritor e pensador Vilmar Berna, do que ele mesmo. Confira em seu blog pessoal. Boa leitura! <https://escritorvilmarberna.blogspot.com/>

O ESCRITOR E JORNALISTA VILMAR BERNA PARTIU. DEIXOU ESPOSA, FILHOS E NETOS E, TAMBÉM, UMA ENORME LEGIÃO DE AMIGOS E ADMIRADORES. GENTE QUE JAMAIS ESQUECERÁ DO GRANDE PENSADOR BONACHÃO QUE AGIU E INSPIROU COM DECISIVA CONTRIBUIÇÃO PARA UM MUNDO MAIS CIVILIZADO!

chamou seu interprete. Ao final da fala prometeu a Vilmar que iria se inteirar dos dados e conversar com seu primeiro ministro.

Transformou a militância ambiental em uma missão. Inspirou gerações de jovens jornalistas que hoje brilham em todas as mídias. Usou seu talento com as palavras e seu conhecimento para falar com todos os públicos, desde gestores públicos, empresários, que sempre o respeitaram, até as crianças, a quem dedicou seu melhor com a publicação de dezenas de livros em uma linguagem que respeita a inteligência de seus leitores, de qualquer idade.

Vilmar criou uma das primeiras mídias a dedicar-se exclusivamente à pauta ambiental no Brasil, o Jornal do Meio Ambiente. Com a internet, criou a Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia), com milhares de participantes em todo o País..

MAIS INFORMAÇÕES

[HTTPS://OECO.ORG.BR/NOTICIAS/ADEUS-A-UM-CIDADAO-BRASILEIRO/](https://oeco.org.br/noticias/adeus-a-um-cidadao-brasileiro/)

Mais um pouco sobre Vilmar Berna



Projeto Apoema - Educação Ambiental (Antigo Projeto Vida - Educação Ambiental) | <http://www.apoema.com.br/fotosdovilmar2.htm>

**SEDE E REDAÇÃO**

Tv. Gonçalo Ferreira, 777 -
Jurujuba (Cascares), Ponta
da Ilha) - Niterói, RJ - 24370-290
gustavo@rebia.org.br
CNPJ 05.291.019/0001-58

A REBIA não tem fins lucrativos e atende ao exigido no art. 15 da Lei 9.532/1997, não remunerando seus membros ou diretores, estando IMUNE de tributação Federal, Estadual e Municipal nos termos do art. 150 da Constituição Federal do Brasil, e ISENTA de ISS pela Lei 2597/08, artigo 128 CTM - Niterói, RJ. Possui em dia todas as certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, sendo legalmente constituída, nos termos dos artigos 53 a 61 da Lei nº 10.406/2002, Código Civil Brasileiro (11/01/2003), como Associação da Sociedade Civil.

A INSTITUIÇÃO

A Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com a missão de contribuir para a formação e o fortalecimento da **Cidadania Sociambiental Planetária**, ofertando informações, opiniões, denúncias, críticas, com ênfase na busca da sustentabilidade, editando e distribuindo gratuitamente a *Revista do Meio Ambiente* e o *Portal do Meio Ambiente*, entre outros produtos e ações. Para isso, a Rebia está aberta à parcerias e participações que reforcem as sinergias com demais parceiros, redes, organizações da sociedade civil e governos, e também com empresas privadas, que estejam comprometidas com os mesmos propósitos.

FUNDADOR DA REBIA

A Rebia foi idealizada em 01/01/1986, pelo ambientalista, escritor e jornalista Vilmar Sidnei Demamam Berna, que em 1999 recebeu no Japão o **PRÊMIO GLOBAL 500** das Organizações das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A Rebia foi Registrada oficialmente em 2002 CNPJ 05.291.019/0001-58.

CONSELHO EDITORIAL

A missão da Rebia só se torna possível graças a uma enorme rede de parceiros e colaboradores, incluindo jornalistas ambientais e comunicadores comunitários, e de seus mais de 4.000 membros voluntários que participam dos Fóruns Rebia, democratizando informações, opiniões, imagens, críticas, sugestões e análises da conjuntura, um rico conteúdo informativo que é aproveitado para a atualização diária do Portal e para a produção da Revista. São estes colaboradores que representam o **Conselho Editorial e Gestor da Rebia**, participando ativamente no aperfeiçoamento na divulgação do Projeto.

DIREÇÃO GERAL

Editor / Presidente da Rebia: Gustavo da Silva Demamam Berna
Vice-Presidente da Rebia: Luiz Gustavo Gonçalves Palmieri
Presidente do Conselho Diretor da Rebia: Julio da Silveira Resende
Secretária: Iris Freire Pereira Demamam Berna

A REBIA NA WEB

• Facebook: facebook.com/rebia.org.br
• Site: www.rebia.org.br

COORDENADAS GPS DA REBIA: -22.929432, -43.11917

Diretor Comercial: **Maurício Cabral mauricio@rebia.org.br**

Jornalista Responsável: Carlos Henrique Vieira Damasceno - Reg. 14.287 MT

COORDENADAS GPS DA REBIA: -22.929432, -43.11917



As marcas REVISTA DO MEIO AMBIENTE (portal e revista impressa e digital) e PORTAL DO MEIO AMBIENTE são propriedades da REBIA (Rede Brasileira de Informação Ambiental) conforme concessão de registro em 26/07/2106, no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), publicado na Revista da Propriedade Industrial - RPI nº 2377 de 26/07/2016.

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Neves • (21) 99907-9867
contatojorge@rebia.org.br
Facebook: jNevescartunista
www.mundinhomagico.com.br

WEBMASTER

Ivson Gomes, +5521970687503
webmaster@rebia.org.br

IMPRESSÃO

Grafica, Editora e Papeis
Av. Alm. Frontin, 381 - Ramos - RJ
(21) 96933-9189
cpmercial@celograf.com.br



Revista
'Neutra em
Carbono'
prima.org.br

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas veiculados através dos veículos de comunicação da **Rebia** expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e da **Rebia**.



Para acessar a Revista do Meio Ambiente online ao vivo com o código QR é só escanear o código e ter acesso imediato. Se não tiver o leitor de QR basta acessar o site da revista: www.rebia.org.br.

ZEITGEIST

The Movie



A falsa idéia do progresso e da liberdade. E por que chegamos ao ponto que estamos.

A causa é um sistema monetário baseado na fantasia do dinheiro, onde a ganância, a insensibilidade com o outro se tornou mais valorosa que a solidariedade ou a compaixão.

por **VILMAR SIDNEI DEMAMAM BERNA*** (in memoriam)

No Atuar apenas sobre os efeitos sem atuar também sobre as causas é mais ou menos como alguém que só trata da febre mas não cuida da infecção.

A destruição do meio ambiente, a miséria, as guerras, a escravidão pelo trabalho e consumo, a epidemia de depressão, não são as causas. São os efeitos.

A causa é um sistema monetário baseado na fantasia do dinheiro, onde a ganância, a insensibilidade com o outro se tornou mais valorosa que a solidariedade ou a compaixão.

O dinheiro é fantasia por que não respeita a realidade e, em nome do lucro sempre crescente e de preferência ilimitado, desconhece a realidade de que nosso Planeta é finito, com recursos naturais limitados e que se usamos demais num lugar vai faltar em outro.

No passado, para escravizar e se apropriar dos recursos e do trabalho humano, os predadores e poderosos declaravam guerra, usavam correntes, chicotes, balas de canhão. Hoje, a escravização continua, mas ela não é mais percebida. Ninguém pensa em se libertar se já se considera livre!

Hoje, através do sistema de dívidas, tanto nós, individualmente, nos tornamos escravos do salário, do trabalho e do consumo, quanto as nações se tornam escravas das grandes corporações. Estes predadores estão acima das nações. Ocultam-se por detrás de organismos internacionais acima de qualquer suspeita, como a ONU, entre outros, e aproveitam-se da corrupção generalizada das elites políticas e empresariais que existem em todo o lugar.

Usando de belos discursos humanitários, e oferecendo vantagens às elites corruptas, empréstimos vultuosos são concedidos a países necessitados, que são obrigados a obedecer a regras que invariavelmente irão beneficiar as grandes corporações de predadores e às elites corruptas de cada país tomador do empréstimo. A conta fica para o povo pagar.

A destruição do Planeta e a miséria humana são apenas efeitos colaterais previsíveis dessa ganância de uns poucos, que assim como no passado, não se preocupam com a dor e o sofrimento alheio, desde que suas contas bancárias e sua vida de luxo e desperdício continue. **R**

SAIBA MAIS:

[HTTPS://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/ZEITGEIST,_O_FILME](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zeitgeist,_o_filme)

[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=5R_VM2WCQJ4](https://www.youtube.com/watch?v=5R_VM2WCQJ4)

IMAGEM: JUSTWATCH.COM/BR/FILME/ZEITGEIST-O-FILME

* Escritor e jornalista, fundou a Rebia - Rede Brasileira de Informação Ambiental (rebia.org.br), e edita deste janeiro de 1996 a Revista do Meio Ambiente (que substituiu o Jornal do Meio Ambiente), e o Portal do Meio Ambiente (portaldomeioambiente.org.br). Em 1999, recebeu no Japão o Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente e, em 2003, o Prêmio Verde das Américas

Adeus, Vilmar Berna



O ambientalista entre Fernando Gabeira e Carlos Minc: ativismo histórico

por HIRAM FIRMINO - HIRAM@SOUECOLOGICO.COM

Encantou-se, desde a última Sexta-Feira da Paixão, mais um apaixonante leão do jornalismo ambiental brasileiro. Levado pela Covid-19, aos 64 anos, foi ele o nosso querido companheiro Vilmar Berna, editor do “Jornal do Meio Ambiente”. Gaúcho de nascimento e fluminense por vocação, ele morava em Jurujuba, Niterói, não à toa um impertinente fiscal da poluída Baía da Guanabara.

Bonachão, erudito e corajoso, ele morreu mais reconhecido fora do que dentro do país. Foi vencedor e recebeu, de maneira atrevida, o Prêmio Global 500 da ONU, entregue no Japão. O protocolo impedia que os vencedores falassem com o imperador Akihito, mas isso não conseguiu detê-lo.

Após receber a estatueta, Berna não se conteve e fez um discurso-denúncia sobre a política japonesa criminoso de caça às baleias. A organização da cerimônia tentou interromper a sua fala, mas o imperador pediu que continuasse e chamou seu intérprete. Ao final, Akihito disse que iria se informar sobre os dados e conversar com o seu primeiro-ministro. Até hoje, vergonha mundial, o Japão continua matando baleias.

Em terra brasilis, quando editava a Revista JB Ecológico, no Jornal do Brasil, eu tive a oportunidade de acompanhar Vilmar Berna em várias vias-crúcis no governo federal brasileiro, principalmente no Ministério do Meio Ambiente, pedindo ajuda e solidariedade para sustentar nossas publicações.

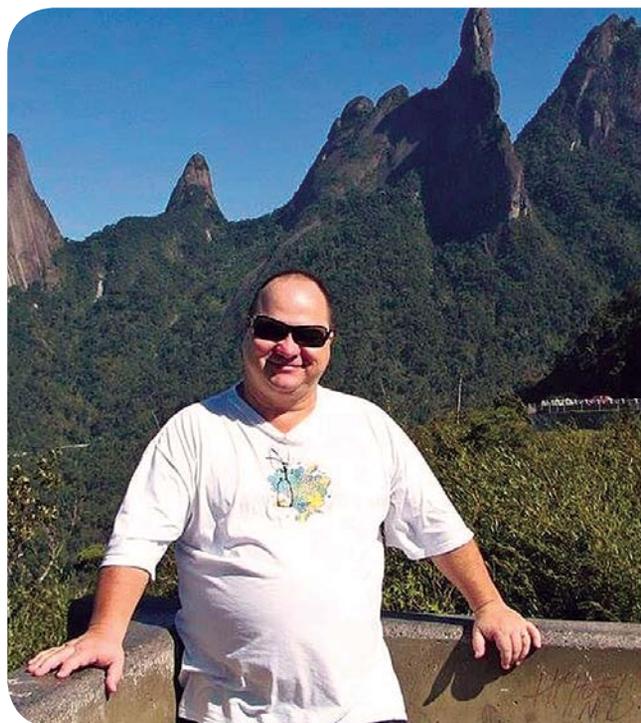
Mesmo autor de 18 livros sobre ecologia e criador da combatente Rebia (Rede Brasileira de Informação Ambiental), que nos unia), a única vez que recebemos apoio de Brasília aconteceu na gestão do ex-ministro José Carlos Carvalho, no governo FHC. Foi quando, ainda no esteio de esperança da ECO/92 e com apoio local da Fiemg, realizamos, em BH, o I e o “II Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Green Press.”

Berna participou ativamente. E, desde então, houve uma grande disseminação na cobertura jornalística ambiental. Graças a sonhadores e lutadores como o nosso Vilmar, a preocupação com o meio ambiente passou a estar, inegavelmente, muito mais presente no cotidiano da sociedade.

O Japão continua vermelho com o sangue das baleias, em vez de estudá-las, defender e preservar o nosso futuro comum. E a Baía da Guanabara, sumidouro e desvio histórico de dinheiro público, ainda é incapaz de envergonhar seus políticos e a população.

Vilmar não venceu essas suas duas lutas. Mas hoje, graças a ele e ao seu

Berna participou ativamente. E, desde então, houve uma grande disseminação na cobertura jornalística ambiental. Graças a sonhadores e lutadores como o nosso Vilmar, a preocupação com o meio ambiente passou a estar, inegavelmente, muito mais presente no cotidiano da sociedade.



“Jornal do Meio Ambiente” sem patrocínio, tanto os cariocas e fluminenses quanto os brasileiros e japoneses sabem o que estão fazendo. Foram informados disso e têm consciência. O resto, colocar em prática, é só uma questão de tempo. Seja pela dor tão doída da Covid-29 ou pelo amor inteligente a nós mesmos, um dia feliz nós chegaremos lá. Nosso companheiro biólogo também era romântico, amava a natureza que defendia com coragem.

Grande Vilmar!.. 

[HTTP://REVISTAECOLOGICO.COM.BR/REVISTA/EDICOES-ANTERIORES/EDICAO-133/ADEUS-VILMAR-BERNA/](http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-133/adeus-vilmar-berna/)



Na imagem, Andre Gagliano, Mário Sousa, Dulce Tupi, Continentino Porto, Axel Graef, Gustavo Berna, Vilmar Berna e Paulo Freitas.

Prêmio Nacional de Jornalismo ambiental é lançado em Niterói

por CULTURANITEROI

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, Continentino Porto, e o vice-prefeito de Niterói, Axel Graef, fizeram o lançamento oficial do “Prêmio Nacional de Jornalismo Ambiental Chico Mendes”, em solenidade realizada, na manhã da quinta-feira, 24 de setembro de 2015, que reuniu cerca de 100 pessoas, entre jornalistas, ambientalistas e autoridades, no Solar do Jambeiro, em Niterói (RJ).

A cerimônia foi conduzida pelo jornalista Mário Sousa, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas e Coordenador do evento, que compôs a mesa com as seguintes autoridades: Axel Graef, vice-prefeito de Niterói, representando o prefeito Rodrigo Neves; Continentino Porto, presidente do Sindicato dos Jornalistas do RJ; André Gagliano, coordenador de Comunicação da Prefeitura; Paulo Freitas, presidente da Neltur; Dulce Tupy, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, e Gustavo Berna, representante do presidente do Conselho de Defesa do Meio Ambiente da Alerj.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Continentino Porto, fez um breve histórico do Prêmio, ressaltando que foi idealizado pelo jornalista e ambientalista niteroiense Vilmar Berna e aprovado pela Federação Nacional de Jornalistas e pelos 30 sindicatos de jornalistas de todo o País. Porto afirmou ainda que essa é uma oportunidade que se abre para os universitários e os jornalistas de

O ambientalista Vilmar Berna, único jornalista brasileiro detentor de um dos maiores prêmios na área ambiental pela ONU

todo o Brasil e destacou a parceria com a Prefeitura de Niterói e a Alerj.

O vice-prefeito, Axel Graef, lembrou da sua luta, desde a década de 70, em prol do Meio Ambiente e listou os investimentos que a Prefeitura vem fazendo na área. “A questão ambiental deixou de ser periférica para a Prefeitura e passou a nortear decisões”, afirmou. Graef ressaltou também a importância de envolver os profissionais de comunicação no movimento ambiental para se chegar a uma comunidade sustentável. “Precisamos ter cada vez mais pessoas envolvidas com as causas ambientais e para isso os jornalistas são fundamentais. O Sindicato está de parabéns! Um prêmio nacional que reconhece esses profissionais que fazem a diferença é de suma importância, serve de inspiração e cria mercados”, ressaltou Axel. “O Meio Ambiente precisa de boas histórias”, completou. 



[HTTPS://WWW.CULTURANITEROI.COM.BR/BLOG/SOLAR/1691](https://www.culturanageroi.com.br/blog/solar/1691)



Marina Silva e Dion Georg, ministro da África do Sul, no encerramento da reunião ministerial do GT Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20 | Foto: MMA

G20 alcança consenso sobre clima e sustentabilidade

por G20.ORG

Representantes de países-membros do G20 chegaram ao consenso sobre as prioridades brasileiras para o clima e sustentabilidade. Em reunião ministerial nesta quinta-feira, 3/10, no Rio de Janeiro, o fórum acordou uma declaração com compromissos para ampliar o enfrentamento aos desafios impostos pelas mudanças do clima como a perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e da terra, seca e poluição no mundo.

“São economias que detêm cerca de 80% dos recursos financeiros; 80% das emissões de CO² e grande parte da população do nosso planeta. Se fizermos o dever de casa, com certeza estaremos dando uma grande contribuição para enfrentar o desafio que está posto que é o aumento da temperatura da terra acima de 1,5 graus. E, para isso, os compromissos de ter e descer robustos”, salientou Marina da Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, anfitriã da reunião de ministros.

No documento, os países se solidarizam com o Brasil e outros países que têm sido afetados pelos eventos extremos do clima, incluindo inundações, períodos de estiagem severa e queimadas. “Perdas humanas e ambientais em todo o mundo deixam clara a necessidade urgente de tomar medidas maiores para responder à nova realidade global”, diz a declaração do grupo.

“Os esforços têm que ser no sentido de viabilizar um volume de recursos suficientes para mitigar esses efeitos indesejáveis; uma base de suporte à cooperação tecnológica e para ajudar a acelerar esses processos de transformação. Isso é mais uma contribuição da liderança brasileira que pautou a questão das desigualdades com muita força”, salientou Silva.

Os países-membros também reconheceram a importância das questões prioritárias e as relações entre adaptação às mudanças do clima; oceanos; pagamento por serviços ecossistêmicos; resíduos e economia circular. Silva, entregou um relatório com os quatro eixos prioritários do G20 Brasil para

Países-membros avançam em compromisso conjunto para enfrentamento dos desafios climáticos. Em declaração, eles se comprometem por medidas de adaptação às mudanças do clima, preservação dos oceanos, pagamento por serviços ecossistêmicos e melhoria da gestão de resíduos e impulso à economia circular.

Dion George, ministro de Florestas, Pescas e Meio Ambiente da África do Sul.

Reforço às ações de cooperação global

No documento, os países-membros reconhecem a necessidade de ações urgentes para aumentar a escala e priorizar os esforços para adaptação e mitigação dos impactos das mudanças do clima e recebem positivamente a Força-Tarefa para a Mobilização Global Contra a Mudança do Clima do G20, de iniciativa da presidência brasileira. **R**

[HTTPS://WWW.G20.ORG/PT-BR/NOTICIAS/G20-ALCANCA-CONSENSO-SOBRE-CLIMA-E-SUSTENTABILIDADE](https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-alcanca-consenso-sobre-clima-e-sustentabilidade)



Apesar da iniciativa, o estado de Pernambuco e todo o Brasil vivenciam a vulnerabilidade dos sistemas alimentares para a população

Combate ao desperdício e enfrentamento à fome: projeto da Prefeitura do Recife transforma resíduos em adubo orgânico

por LAÍS NASCIMENTO

Cerca de 100 toneladas de resíduos orgânicos secos e molhados foram reaproveitados na capital pernambucana em menos de um ano. Uma ação da Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana, converteu resíduos provenientes do edifício-sede e das feiras da Encruzilhada e do Cais de Santa Rita em 58 toneladas de adubo orgânico.

Com a iniciativa, cerca de 80 toneladas de dióxido de carbono, metano e outros gases deixaram de ser emitidos na cidade. O adubo orgânico é distribuído para 70 unidades produtivas da cidade, como escolas e creches municipais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e unidades de saúde, além de apoiar terreiros e outros projetos da sociedade civil.

O sistema de compostagem conta com uma equipe formada por uma engenheira agrônoma e sete reeducandos, que participam na produção do adubo, mudas e plantio.

Em paralelo, a equipe está executando um projeto piloto para o reaproveitamento e destinação consciente de resíduos orgânicos dos mercados e feiras públicas da cidade, em parceria com as autarquias Conviva Mercados e Feiras e de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) e as Secretarias de Saúde, Saneamento e de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD).

“Iniciamos no Mercado da Encruzilhada, escolhido por gerar uma pequena quantidade de resíduos, o que permitiu avaliar o processo. Em seguida, o projeto foi ampliado para a feira do Cais de Santa Rita, onde observamos um volume de resíduos cerca de três vezes maior. Nossa meta é expandir essa iniciativa para outros mercados e feiras”, destaca Adriana Figueira, secretária executiva de Agricultura Urbana do Recife.

Desde dezembro de 2023, foram recolhidas 15,7 toneladas de resíduos orgânicos dos mercados e feiras e 56,5 toneladas de resíduos secos e molhados coletados na sede da Prefeitura.

A população pode visitar o projeto ou solicitar assistência técnica, mudas,

Apesar da iniciativa, o estado de Pernambuco e todo o Brasil vivenciam a vulnerabilidade dos sistemas alimentares para a população



Feiras livres e mercados públicos ainda concentram grande quantidade de desperdício de alimento

insumos, treinamentos e outros recursos, tanto para terrenos públicos quanto privados, pelo Conecta Recife ou pelo e-mail agriculturaurbana@recife.pe.gov.br.

DESPERDÍCIO E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Apesar da iniciativa, o estado de Pernambuco e todo o Brasil vivenciam a vulnerabilidade dos sistemas alimentares para a população. 

[HTTPS://JC.NE10.UOL.COM.BR/PERNAMBUCO/2024/10/17/COMBATE-AO-DESPERDICIO-E-ENFRENTAMENTO-A-FOME-PROJETO-DA-PREFEITURA-DO-RECIFE-TRANSFORMA-RESIDUOS-EM-ADUBO-ORGANICO.HTML](https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2024/10/17/combate-ao-desperdicio-e-enfrentamento-a-fome-projeto-da-prefeitura-do-recife-transforma-residuos-em-adubo-organico.html)

Ministério da Agricultura quer mudar regra que restringe crédito por embargo ambiental



FOTO: VINÍCIUS MENDONÇA/ASCOM IBAMA

Sector produtivo questiona resolução que trata de restrições socioambientais para a concessão de crédito rural

PASTA PEDIU FORMALMENTE ALTERAÇÃO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A resolução apertou o cerco contra o desmatamento ilegal e passou a vedar a contratação de crédito a toda a extensão da propriedade rural que tiver alguma área embargada por conta disso, e não mais apenas à porção do imóvel onde foi apontada a irregularidade.

por **ONU NEWS**

O Ministério da Agricultura encampou reclamações do setor produtivo e pediu formalmente ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para alterar a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 5.081/2023, que trata de restrições e impedimentos socioambientais para a concessão de crédito rural no país. A Pasta disse que a norma tem gerado reflexos adversos no acesso aos financiamentos por produtores brasileiros neste ano. O argumento é rechaçado por integrantes da área ambiental e econômica do governo que defendem a manutenção do texto com regras mais rígidas.

A resolução apertou o cerco contra o desmatamento ilegal e passou a vedar a contratação de crédito a toda a extensão da propriedade rural que tiver alguma área embargada por conta disso, e não mais apenas à porção do imóvel onde foi apontada a irregularidade.

A proposta de ajuste no ofício apresentado pelo ministério pede para que a vedação seja exclusivamente ao polígono embargado e não a propriedade inteira. A sugestão também é que a restrição não alcance quem sofreu embargo, mas já firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para regularização da área. A regra atual, segundo expôs o Ministério da Agricultura, impõe ações mais rígidas que a própria legislação ambiental brasileira. A reclamação do setor e do ministro Carlos Fávaro é que o embargo é um instrumento cautelar, para evitar que o dano ambiental se agrave e viabilizar a regeneração da vegetação no local desmatado, e não punitivo por si só. Ou seja, deve haver uma análise da situação

A equipe de Fávaro chegou a sugerir a ideia de que propriedades desmatadas, ainda que não tenham sido alvo de embargo ambiental, deveriam apresentar a autorização de supressão da vegetação solicitada ao órgão ambiental estadual no ato de contratação do crédito. O mecanismo daria garantias adicionais aos bancos de que o desmatamento não foi ilegal e permitiria a fluidez dos financiamentos.

O Ministério da Agricultura também indicou que o sistema de embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem conseguido alcançar todos os desmatamentos ilegais e que o processo de desembargo depende da análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), processo que continua extremamente lento nos Estados, o que retarda a liberação das áreas.

A resolução 5.081/2023 também veda a contratação de crédito rural para áreas sobrepostas a florestas públicas não destinadas. Chamadas de florestas públicas tipo B, são terras que pertencem à União e que ainda não foram tituladas.

De acordo com dados apresentados em reunião de Fávaro e Haddad na quarta-feira, apenas em Mato Grosso existem 19,9 mil imóveis cujo CAR tem sobreposição com florestas públicas tipo B. A área soma 1,4 milhão de hectares de cultivo de soja. 

[HTTPS://GLOBORURAL.GLOBO.COM/CREDITO-E-INVESTIMENTO/NOTICIA/2024/10/MINISTERIO-DA-AGRICULTURA-QUER-MUDAR-REGRA-QUE-RESTRINGE-CREDITO-RURAL-POR-DESMATAMENTO.GHTML](https://globo rural.globo.com/credito-e-investimento/noticia/2024/10/ministerio-da-agricultura-quer-mudar-regra-que-restringe-credito-rural-por-desmatamento.ghtml)



UMEI Vilmar Berna: inauguração em Jurujuba

Unidade de Educação Infantil é inaugurada em Jurujuba

O nome da unidade homenageia o jornalista e ambientalista Vilmar Sidnei Demamam Berna, falecido em 2021. Vilmar era morador de Jurujuba e se destacou na luta pela causa ambiental, participando da fundação de várias organizações da sociedade civil.

por BRUNO EDUARDO ALVES/ASCOM

Niterói - A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Municipal de Educação, inaugurou, na manhã desta quarta-feira (22), uma nova Unidade Municipal de Educação Infantil: a UMEI Jornalista Vilmar Berna, em Jurujuba. O espaço faz parte do plano de expansão da Rede Municipal de Educação e irá atender 140 crianças, de 1 a 3 anos, em tempo integral. Esta é a 27ª escola inaugurada em Niterói nos últimos 12 anos.

“Esta é uma das quatro escolas que vamos entregar esse ano e com isso, aliado a outros programas, como o Escola Parceira, Niterói não terá alunos fora da escola. Estamos trabalhando para que isso aconteça ainda neste semestre. Vamos atender toda a demanda, o que é uma dificuldade atual de todas as cidades no país”, defende o prefeito Axel Graef.

A nova UMEI está localizada entre a Escola Municipal Professora Lúcia Maria Silveira Rocha e o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) de Jurujuba, e conta com três pavimentos, salas de aula climatizadas, elevador, refeitório, sala de multimídia, padrões de acessibilidade e sustentabilidade, janelas amplas, área de recreação, entre outros espaços. Além disso, a escola conta com um sistema para captação de águas pluviais para irrigação das plantas e limpezas em geral. O prédio segue as normas estabelecidas pela Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O secretário Municipal de Educação e presidente da Fundação Municipal de Educação, Bira Marques, destaca que essa entrega faz parte de um conjunto



de iniciativas que estão requalificando o ensino público na cidade. “Essa inauguração representa o compromisso de Niterói com a educação pública de qualidade. Além desta, temos mais três unidades que serão inauguradas muito em breve, chegando a 30 escolas nos últimos 12 anos. Fizemos a primeira convocação do concurso e, muito em breve, vamos chamar os profissionais aprovados no cadastro de reserva, ampliando o quadro de profissionais onde há demanda e compondo as equipes das novas escolas. Ao mesmo tempo, estamos investindo muito no pedagógico, com olhar especial para a alfabetização. Esse conjunto de medidas tem um único objetivo: construir um futuro de oportunidades para as nossas crianças”, disse Bira Marques. 

[HTTPS://ODIA.IG.COM.BR/NITEROI/2024/05/AMP/6850517-UNIDADE-DE-EDUCACAO-INFANTIL-E-INAUGURADA-EM-JURUJUBA.HTML](https://odia.ig.com.br/niteroi/2024/05/amp/6850517-unidade-de-educacao-infantil-e-inaugurada-em-jurujuba.html)

Investigação de morte de abelhas no Paraná descobre uso de agrotóxico suspenso no Brasil



Pesquisa da Polícia Científica do Paraná — Foto: Mariana Gevaerd / Polícia Científica do Paraná

por **POR MARIAH COLOMBO, G1 PR**

Segundo a Polícia Científica do Paraná, as abelhas foram encontradas mortas em março de 2024, na região norte do estado. Em setembro, após elas passarem por perícia, os cientistas identificaram o uso do inseticida Fipronil, que tem uso suspenso para pulverização no Brasil desde 2023.

Conforme a polícia, o produto é indicado para pulverização de folhas e do solo, mas traz riscos a colônias de abelhas ao comprometer a orientação olfativa e os movimentos dos insetos, o que pode levar à morte deles em até oito dias. As investigações ainda estão em andamento. Por isso, a corporação não divulgou as cidades onde as abelhas foram encontradas mortas.

As abelhas são responsáveis por 75% da polinização de culturas agrícolas e 90% das plantas floríferas.

De acordo com a Polícia Civil, pessoas que utilizarem agrotóxicos não autorizados podem responder criminalmente.

Uma lei de 2023 prevê que produzir, armazenar, transportar, importar, utilizar ou comercializar agrotóxicos, produtos de controle ambiental ou afins não registrados ou não autorizados tem pena de três a nove anos de prisão, mais multa.

A pena poderá ser aumentada se resultar em dano à propriedade alheia, dano ao meio ambiente, lesão corporal em alguém ou morte.

Uso de agrotóxicos não autorizados tem pena de três a nove anos de prisão, mais multa. Fipronil compromete orientação olfativa e os movimentos dos insetos.



A *apis cerana* é uma abelha social com ferrão — Foto: rkasi/inaturalist

Por conta da importância da descoberta no Paraná, a análise resultou em uma pesquisa, desenvolvida em colaboração com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e apresentada em um congresso de criminalística.

“A identificação do fipronil em abelhas mortas pode, portanto, contribuir significativamente para a investigação de irregularidades no uso de defensivos agrícolas”, destacou a chefe da seção de crimes ambientais, Angela Andreassa. 

[HTTPS://G1.GLOBO.COM/PR/NORTE-NOROESTE/NOTICIA/2024/10/18/INVESTIGACAO-DE-MORTE-DE-ABELHAS-NO-PARANA-DESCOBRER-OSO-DE-AGROTOXICO-SUSPENSO-NO-BRASIL.GHTML](https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2024/10/18/investigacao-de-morte-de-abelhas-no-parana-descobre-uso-de-agrotoxico-suspenso-no-brasil.ghtml)

Força-Tarefa de Clima do G20

debate financiamento climático, e Brasil lança plataforma de investimentos verdes nos EUA



Ministra Marina Silva e ministro Fernando Haddad participam de reunião com o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, em Washington. Foto: MMA

por **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MMA**

A ministra Marina Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participam nesta semana em Washington, nos Estados Unidos, de reunião da Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima do G20. O governo federal também lançará na capital americana uma plataforma para facilitar investimentos internacionais que impulsionem o combate à mudança do clima e a transformação ecológica do país. A quinta reunião da Força-Tarefa de Clima, na quinta-feira (24/10), terá a presença de ministros de Meio Ambiente, Finanças e Relações Exteriores do G20, além de presidentes de Bancos Centrais e representantes de organismos internacionais, para anunciar os resultados da iniciativa, criada pela presidência brasileira do G20.

Em oito meses de trabalho, a Força-Tarefa buscou reforçar o alinhamento macroeconômico e financeiro global para implementar o Acordo de Paris e outros objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). Transversal nas negociações do G20, o grupo tem o objetivo de elaborar estratégias coletivas que acelerem a mobilização de recursos para o combate à mudança do clima.

Para incentivar investimentos internos para a transição ecológica e o combate à mudança do clima no país, o governo federal lançará na quarta-feira (23/10) a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP, na sigla em inglês). A iniciativa irá conectar investidores internacionais a projetos estratégicos de desenvolvimento sustentável no país, com foco na transição ecológica e no combate à mudança do clima.

A BIP será guiada pelo Plano Clima, que norteará a política climática do país até 2035, com estratégias nacionais e planos setoriais nos eixos de mitigação e adaptação. Também terá como base o Plano de Transforma-

A proposta foi apresentada pelo Brasil na COP28, em Dubai, no fim de 2023. A expectativa é que o fundo entre em funcionamento para a COP30, que será realizada em Belém, no Pará, em novembro de 2025.

ção Ecológica, que coordena a transição verde da economia brasileira, com o objetivo de atingir a neutralidade das emissões de gases de efeito estufa até 2050.

A plataforma é uma iniciativa conjunta dos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e de Minas e Energia. A iniciativa é apoiada pelo BNDES e pela Glasgow Financial Alliance for Net Zero.

TFFF

Os ministros desembarcaram em Washington na terça-feira (22/10), quando participaram de reunião com o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, sobre o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês). A iniciativa buscará financiar a conservação de florestas tropicais, com o pagamento de um valor fixo anual para cada hectare de floresta preservada e desconto no valor a receber para cada hectare desmatado ou degradado.

A proposta foi apresentada pelo Brasil na COP28, em Dubai, no fim de 2023. A expectativa é que o fundo entre em funcionamento para a COP30, que será realizada em Belém, no Pará, em novembro de 2025.

Marina, Haddad e Banga também discutiram formas de apoiar agendas prioritárias para a presidência brasileira do G20 e no processo para a COP30.

A agenda da ministra em Washington também tem a previsão de reuniões bilaterais e encontro sobre investimentos verdes com empresários na Câmara Americana de Comércio. 

[HTTPS://WWW.GOV.BR/MMA/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/FORCA-TAREFA-DE-CLIMA-DO-G20-DEBATE-FINANCIAMENTO-CLIMATICO-E-BRASIL-LANCA-PLATAFORMA-DE-INVESTIMENTOS-VERDES-NOS-EUA](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/forca-tarefa-de-clima-do-g20-debate-financiamento-climatico-e-brasil-lanca-plataforma-de-investimentos-verdes-nos-eua)

ONU adota proposta do Brasil para reforçar prevenção e combate a crimes transnacionais contra o meio ambiente

por **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MMA**

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC, na sigla em inglês) adotou nesta sexta-feira (18/9) em Viena, na Áustria, resolução que reforça medidas de prevenção e combate a crimes ambientais. A iniciativa propõe a criação de um grupo de especialistas dedicados ao tema e pede que os países adotem medidas mais eficazes contra ilícitos ambientais, como congelamento e confisco de bens.

A resolução não vinculante apresentada por Brasil, França e Peru foi aprovada durante a 12ª Conferência das Partes (COP) da convenção. O documento também demanda que as nações garantam assistência e proteção para testemunhas e vítimas de crimes ambientais e destaca a importância de restaurar habitats, entre outras medidas.

“Acreditamos que a resolução é um avanço, um passo adiante, e creio que a UNTOC conseguiu avançar em direção ao combate contra o crime ambiental”, disse o embaixador Nelson Antônio Tabajara, que é representante permanente do Brasil junto a organismos internacionais em Viena, durante a sessão.

A resolução propõe que o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, ao qual a convenção é vinculada, reúna um grupo intergovernamental de especialistas em crimes ambientais que estejam no escopo da comissão. A iniciativa terá objetivo de analisar a aplicação e implementação da UNTOC no âmbito de crimes ambientais, identificar lacunas na legislação internacional relacionada ao tema e considerar alternativas para supri-las.

O comitê também terá mandato para analisar a necessidade de adoção de um novo protocolo ou protocolos adicionais à convenção, documentos que precisam ser ratificados e são vinculantes para os Estados. A convenção, que estabelece um marco legal para o combate ao crime organizado, tem atualmente três protocolos em vigor: contra o tráfico de pessoas, contra o tráfico de migrantes e contra o tráfico ilícito de armas de fogo.

A resolução recém-aprovada faz ainda um apelo por financiamento voluntário para facilitar a participação de países em desenvolvimento no processo. Os resultados e recomendações serão apresentados e endossados na próxima sessão da conferência, prevista para ocorrer em 2026.

O Brasil patrocinou durante a conferência evento paralelo sobre os impactos de crimes contra animais silvestres e como preveni-los e combatê-los a partir da cooperação internacional. A diretora de Proteção, Defesa e Direitos dos Ani-

Iniciativa propõe a criação de grupo de especialistas dedicados ao tema e pede que os países adotem medidas mais eficazes contra ilícitos ambientais

mais do MMA, Vanessa Negrini, destacou que os impactos não se limitam à fauna e à flora:

“Crimes transnacionais contra a fauna e flora não são apenas ataques contra o meio ambiente: são ataques ao equilíbrio ecológico, à saúde pública e à segurança nacional. Cada espécie traficada e cada floresta destruída enfraquece os esforços globais de conservação e abre portas para novas pandemias e instabilidade econômica”, afirmou a diretora.

Nos últimos 50 anos, destacou Negrini, o mundo perdeu mais de 70% de sua biodiversidade, processo que é acelerado pela mudança do clima e cuja reversão demanda ações coordenadas em escala global. Entre elas, mudar os sistemas alimentares, fazer a transição para fontes renováveis de energia, redirecionar recursos para a restauração de biomas e combater crimes ambientais.

Além de Negrini e Tabajara, integraram a delegação brasileira na COP12 da UNTOC outros representantes da missão permanente do Brasil em Viena, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Defensoria Pública da União e do Ibama. 

[HTTPS://WWW.GOV.BR/MMA/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/ONU-ADOTA-PROPOSTA-DO-BRASIL-PARA-REFORCAR-PREVENCAO-E-COMBATE-A-CRIMES-TRANSNACIONAIS-CONTRA-O-MEIO-AMBIENTE](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/ONU-ADOTA-PROPOSTA-DO-BRASIL-PARA-REFORCAR-PREVENCAO-E-COMBATE-A-CRIMES-TRANSNACIONAIS-CONTRA-O-MEIO-AMBIENTE)



REBIA
REDE BRASILEIRA
de informação ambiental



REVISTA
do meio ambiente

A **Revista do Meio Ambiente** (www.rebia.org.br) é elaborada a partir das colaborações da Rede Rebia de Colaboradores e Jornalistas Ambientais Voluntários e é distribuída de forma dirigida e gratuita, em âmbito nacional, em duas versões:

- 1) **versão impressa** – distribuída em locais estratégicos e durante eventos ambientais importantes que reúnam formadores e multiplicadores de opinião em meio ambiente e demais públicos interessados na área socioambiental (*stakeholders*) diretamente em stands, durante palestras, ou através de nossas organizações parceiras, empresas patrocinadoras, etc.;
- 2) **versão digital** – disponível para *download* gratuito no site da Revista bastando ao interessado:
 - a) estar cadastrado na Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia) – rebia.org.br (cadastro e associação gratuitas);
 - b) estar logado no momento do *download*;
 - c) preencher o campo do formulário com o comentário sobre o porque precisa da **Revista do Meio Ambiente**.

Quem patrocina a gratuidade?

A gratuidade deste trabalho só é possível graças às empresas patrocinadoras e anunciantes, às organizações parceiras e à equipe de voluntários que doam seu esforço, talento, recursos materiais e financeiros para contribuir com a formação e o fortalecimento da cidadania ambiental planetária, no rumo de uma sociedade sustentável.



Tampas de refrigerantes consumidos na República Democrática do Congo foram os produtos mais encontrados em três praias do Ceará, revelou estudo da UFC. Foto: Tommaso Giarrizzo/Detetive do Plástico

Lixo plástico vindo da África polui praias brasileiras

por ALICE DE SOUZA

Festa Cola refrigerante, suco de manga Zest e água mineral Swissta não são bebidas comercializadas no Brasil. Entretanto, qualquer turista pode topa com garrafas plásticas e tampinhas desses produtos nas areias de alguns dos destinos turísticos mais procurados do país.

Um estudo realizado por pesquisadores brasileiros, publicado na revista científica *Science of The Total Environment* no início deste mês, identificou que a costa brasileira, sobretudo no Nordeste, pode estar sendo invadida por lixo plástico vindo de países africanos.

A pesquisa do projeto Detetive do Plástico, do Instituto de Ciências do Mar (Labomar) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com outras organizações, identificou que plásticos derivados de 31 marcas produzidas por 31 empresas de sete países africanos chegaram às praias brasileiras em 2022.



Lixo plástico, um desafio para o planeta praias antes paradisíacas repletas de garrafas, animais engasgados com dejetos, pessoa recolhendo o material em aterros. Uso desenfreado do derivado do petróleo deixa rastro preocupante no meio ambiente. Foto Daniel Muller/Greenpeace

Estudo da Universidade Federal do Ceará identificou origem de resíduos encontrados em praias do Nordeste. Embalagens de refrigerantes, água mineral e cosméticos consumidos na África chegam ao Brasil pelo mar.

O material foi encontrado nas praias de Jericoacoara, Porto das Dunas e do Futuro, no Ceará, em praias de João Pessoa, na Paraíba, em Tamandaré, Pernambuco, e na Praia do Sueste, no Arquipélago de Fernando de Noronha.

O lixo vem principalmente da República Democrática do Congo (RDC), onde as bebidas mencionadas no início desta reportagem são produzidas e comercializadas. Mas também foram encontrados plásticos provenientes do Congo, Angola, Costa do Marfim, Camarões, África do Sul, Nigéria e Gana. E resíduos de países europeus, como Alemanha e Itália, e asiáticos.

“Há mais de dois anos estamos seguindo uma abordagem que visa não apenas quantificar o plástico que está nas praias, mas dizer quais são as marcas responsáveis dessa poluição e sua origem. Conseguimos apontar o dedo para quem é responsável”, afirmou Tommaso Giarrizzo, professor da UFC e pesquisador do Labomar responsável pelo projeto.

Como os pesquisadores descobriram a origem do plástico

A descoberta surgiu da observação do professor Tommaso Giarrizzo, enquanto realizava outros estudos na costa brasileira. Ao caminhar pelas praias do Ceará, ele começou a ver tampinhas de



Marcas pertencem a 31 empresas de sete países africanos. Também foram encontrados resíduos de países europeus e asiáticos. Foto: Tommaso Giarrizzo/Detetive do Plástico

garrafas cujos símbolos eram desconhecidos dos brasileiros.

Com um financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), ele e a equipe realizaram um trabalho investigativo. Durante os meses de novembro e dezembro de 2022, o grupo visitou as praias de Jericoacoara, do Futuro e do Porto das Dunas e coletou todo o plástico com mais de dois cen-



A era do plástico Foto: Reulers / T Mukoys

tímetros de comprimento encontrado na faixa de areia. Isso gerou uma amostra de mil itens e quase 10kg. "Fazendo um passo grande na praia, a gente encontrava quase três plásticos em média. Isso é uma quantidade muito grande. Teve lugar que encontramos quase seis itens por metro", afirmou Giarrizzo.

Em laboratório, os pesquisadores separaram os itens por cor e tipo de produto (tampa de garrafa, pote, embalagem), além de finalidade (bebidas, cosméticos e farmacêuticos) e nível de degradação. Eles combinaram dois métodos de investigação para descobrir a origem. 

FONTE: [HTTPS://WWW.DW.COM/PT-BR/LIXO-PL%C3%A1stico-VINDO-DA-%C3%A1FRICA-POLUI-PRAIAS-BRASILEIRAS/A-70438704](https://www.dw.com/pt-br/lixo-pl%C3%A1stico-vindo-da-%C3%A1frica-polui-praias-brasileiras/A-70438704)

Comitê Rio de Estudos Científicos vai pesquisar a Elevação dos Mares



O Rio é uma das cidades que serão afetadas pela elevação do nível do mar - Crédito: Divulgação/Prefeitura

por RIOÁGUAS

O prefeito Eduardo Paes determinou, por meio de decreto, no dia 28/8, a criação do comitê Rio de Estudos Científicos sobre a Elevação dos Mares. O objetivo é iniciar, de forma imediata e em colaboração com institutos de Pesquisa do Brasil e de outros países, estudos, debates, pesquisas, levantamentos e a busca de soluções para eventuais impactos que a elevação do mar pode causar na vida da população carioca. O comitê será composto por um grupo técnico da Prefeitura para, além de monitorar a situação, produzir um estudo científico e, se necessário, tomar medidas preventivas.

A criação do comitê tem como base o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que aponta que, entre os anos de 1990 e 2020, houve uma elevação de 13 centímetros do nível do mar na cidade do Rio de Janeiro. O estudo projeta que, nos próximos 30 anos haverá um novo aumento na ordem de 12 a 21 centímetros devido ao aquecimento global.

A medida ratifica o papel da liderança climática global da cidade do Rio de Janeiro, que busca estar entre os pioneiros na adoção de ações preventivas e corretivas em matéria ambiental.

O comitê atuará sob a presidência da Secretaria Municipal de Coordenação Governamental (SMCG), responsável pela coordenação de todas as atividades. Também farão parte do comitê a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE), o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), a Rio-Águas e a GEO-RIO. 

FONTE: [HTTPS://PREFEITURA.RIO/CCPAR/PREFEITURA-LANCA-COMITE-RIO-DE-ESTUDOS-CIENTIFICOS-SOBRE-A-ELEVACAO-DOS-MARES/](https://prefeitura.rio/ccpar/prefeitura-lanca-comite-rio-de-estudos-cientificos-sobre-a-elevacao-dos-mares/)

As 5 praias mais poluídas por microplásticos do Brasil



1) Uma praia da cidade de Florianópolis lidera o ranking — Foto: FernandoPodolski/Getty Images

por CASAVOGUE.GLOBO.COM

Todas as praias do litoral brasileiro estão poluídas com resíduos plásticos. É o que aponta o relatório Raio-X dos Resíduos na Costa Brasileira: Descobertas da 1ª Expedição Ondas Limpas na Estrada, realizado pela ONG Sea Shepherd Brasil em parceria com o Instituto Oceanográfico da USP. A pesquisa analisou uma área de 156.600 m² – equivalente a 22 campos de futebol – em 201 municípios brasileiros.

E os resultados preocupam. Ao longo de 306 praias examinadas, foram encontrados 72 mil macrorresíduos e 16 mil partículas de microplástico. No estudo, os resíduos são divididos em três categorias: microplástico, que consiste em partículas de até 5mm consumidas por animais marinhos; macroplástico, resíduos maiores de plástico, como tampas de garrafa; e macrorresíduos, que são, por exemplo, objetos como cigarro.

Novo estudo, realizado pela ONG Sea Shepherd Brasil em parceria com o Instituto Oceanográfico da USP, examinou 306 praias brasileiras – e os resultados preocupam

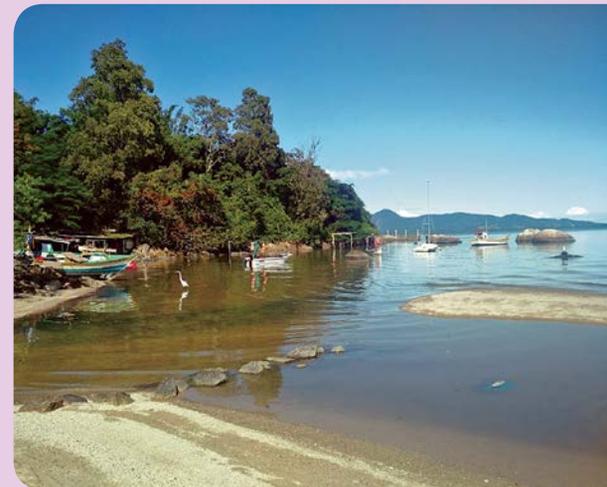
A seguir, confira quais são as 5 praias mais poluídas do Brasil na categoria microplástico:

1) Pântano do Sul, em Florianópolis (SC)

Localizada na capital de Santa Catarina, a Pântano do Sul é a praia mais poluída do Brasil, tendo a maior presença de microplásticos (144 fragmentos), macrorresíduos (17 fragmentos) e macroplásticos (17 fragmentos) por metro quadrado do país. Com aproximadamente 2,3 km de extensão, ela



2) A Praia do Centro, em Mongaguá (SP), possui densidade de 83 resíduos por metro quadrado — Foto: Getty Images



3) Praia do Rizzo, em Florianópolis Foto Aléxon Assumpção Serratine



4) A Praia do Botafogo possui uma densidade de 55 partículas de microplástico por metro quadrado — Foto: luoman/Getty Images

mantém a tradição de uma vila de pescadores, onde é comum ver barcos coloridos e redes sendo puxadas pela areia. O mar costuma ser agitado, atraindo surfistas, e o local é rodeado pela vegetação nativa da região.

2) Praia do Centro, em Mongaguá (SP)

A Praia do Centro, que fica no município de Mongaguá, no litoral sul de São Paulo, ocupa o segundo lugar no ranking quanto a presença de microplástico, com uma densidade de 83 resíduos por metro quadrado. Com suas areias largas e mar de ondas moderadas, a praia é popular entre famílias, turistas e surfistas, sendo uma das mais frequentadas da cidade. Apesar de sua popularidade e infraestrutura, com quiosques, calçadão e áreas de lazer, a Praia do Centro enfrenta problemas recorrentes de poluição, especialmente durante a alta temporada.

3) Praia do Rizzo, em Florianópolis (SC)

Também localizada em Florianópolis, a Praia do Rizzo é a terceira com maior densidade de microplástico, chegando a 78 partículas por metro quadrado. Situada em uma região de uso predomi-

nantemente residencial, a Praia do Rizzo consiste em uma pequena faixa de areia situada no bairro de mesmo nome. Embora tenha uma vista bonita da Baía Sul e do centro da cidade, a praia é pouco frequentada para banho devido à poluição de suas águas.

4) Praia do Botafogo, no Rio de Janeiro (RJ)

A Praia de Botafogo, situada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, oferece uma das vistas mais icônicas da cidade, com o Pão de Açúcar ao fundo e o Morro da Urca emoldurando o horizonte. Apesar de sua beleza cênica, a praia possui altos níveis de poluição – não é à toa que ela ocupa o quarto lugar quanto à presença de microplásticos, atingindo uma densidade de 55 fragmentos por metro quadrado.

5) Mariluz, em Imbé (RS)

Uma das mais conhecidas da cidade de Imbé, no Rio Grande do Sul, a praia Mariluz fecha o ranking de praias mais poluídas no quesito microplástico, possuindo uma densidade de 51 resíduos por metro quadrado. Com sua extensa faixa de areia e mar agitado, a praia é popular entre banhistas e surfistas, porém enfrenta problemas de poluição, principalmente relacionados ao lixo deixado por visitantes e ao escoamento inadequado de esgoto em certas áreas. 

[HTTPS://CASAVOGUE.GLOBO.COM/UM-SO-PLANETA/NOTICIA/2024/09/PRAIAS-MAIS-POLUIDAS-BRASIL.GHTML](https://casavogue.globo.com/um-so-planeta/noticia/2024/09/praias-mais-poluidas-brasil.ghtml)



5) Mariluz, em Imbé (RS) Foto [tripadvisor.com.br](https://www.tripadvisor.com.br) Roberto ferreira

FOTO: EVARISTO SA / AFP

70% das queimadas no Brasil em 2024 destruíram vegetação nativa

Amazônia e outros biomas vivem recorde de incêndios e fumaça se espalha pelo Brasil; causas das queimadas são investigadas

por **NICOLAU SOARES**

Em 2024, 70% da área queimada no Brasil foi de vegetação nativa. Os dados são do Monitor de Fogo, monitoramento iniciado em 2019 pelo MapBiomas.

Só em agosto, mês que registrou sozinho quase a metade dos incêndios florestais do ano, a vegetação nativa representou 65% da área queimada. O fogo atingiu formações campestres e áreas de pastagens de uso agropecuário. As áreas com formações savânicas representaram 25% do total.

“Agosto trouxe um cenário alarmante para o Cerrado, com um aumento expressivo da área queimada, a maior nos últimos seis anos. O bioma, que é extremamente vulnerável durante a estiagem, viu a maior extensão de queimadas nos últimos seis anos, refletindo a baixa qualidade do ar nas cidades”, explicou Vera Arruda, pesquisadora no IPAM e coordenadora técnica do Monitor de Fogo.

10 milhões de pessoas atingidas

O Brasil atravessa um momento delicado por causa das queimadas. Foram 5,65 milhões de hectares queimados no mês de agosto, o que corresponde a quase 49% de tudo que foi queimado de janeiro até agora. É uma extensão que corresponde a quase o tamanho do estado da Paraíba.

São Paulo, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os estados com o maior registro de queimadas até o momento. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima que 10 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pelos incêndios florestais.

Os dados tomam como base apenas os dados das prefeituras que decretaram emergência. Ao todo, são 531 municípios nessa situação por causa dos incêndios. Segundo essa estimativa da CNM, os estados do Acre, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso têm quase o território completo em estado de emergência.

PF vê ação coordenada

Em entrevista ao canal GloboNews, o delegado da Polícia Federal Humberto Freire afirmou que parte dos incêndios florestais no país pode ter começado de forma coordenada.

“A gente vê que alguns incêndios começaram quase que ao mesmo tempo. Isso traz o indício de que podem ter acontecido ações coordenadas. É um ponto inicial da investigação.”

Só em agosto, 65% dos incêndios destruíram este tipo de área no país; fogo começa a se deslocar para centros urbanos



FONTE: BECCFONTECOM / REUTERS

Algumas regiões do Brasil podem registrar o fenômeno da chuva preta neste final de semana, alerta o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). A ocorrência é causada pela mistura de partículas de fumaça e poluentes na atmosfera com gotas de chuva, dando à água uma coloração escura. O fenômeno é possível devido ao avanço de uma frente fria e à presença de fuligem dos incêndios florestais, afetando principalmente o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com possível expansão para o sul do Mato Grosso do Sul e o Sudeste.

[HTTPS://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/2024/09/14/70-DAS-QUEIMADAS-NO-BRASIL-EM-2024-DESTRU-IRAM-VEGETACAO-NATIVA](https://www.brasildefato.com.br/2024/09/14/70-das-queimadas-no-brasil-em-2024-destruiram-vegetacao-nativa)

Brasil bate recorde de emissão de carbono e tem quase 100% mais queimadas em 2024



Fumaça de queimadas na Amazônia • REUTERS/Bruno Kelly

por **TETICIA-CASSIANO/ CNN**

O Brasil bateu recorde de emissões de carbono desde que os dados passaram a ser monitorados, há mais de duas décadas. A informação é do Serviço de Monitoramento Atmosférico Copernicus (Cams), da União Europeia.

Segundo o Cams, do começo do ano até o momento, foram liberadas 180 megatoneladas de carbono em decorrência dos incêndios florestais. Esse número coloca o ano de 2024 no mesmo nível de 2007, quando o país bateu o recorde anterior.

Até a última segunda-feira (23), foram detectados 202.102 focos de incêndio, um número 98% maior do que o registrado em todo o ano de 2023. De acordo com o Climatempo, esse é o maior número em sete anos. Somente em setembro, cerca de 60 megatoneladas do gás foram emitidas, principalmente do bioma amazônico.

Emissões por região

O Cams também realizou um levantamento regional, que coloca os estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul como os principais emissores. Essas regiões somaram o maior volume de carbono registrado até hoje.

Play Video

A região Norte liderou o número de focos, com quase 92 mil até então, representando um aumento de 89% de um ano para o outro.

Mesmo no topo da lista, a região não teve um aumento tão expressivo quanto o Centro-Oeste e o Sudeste, que tiveram aumento de 248 e 202%, respectivamente.

Já a região sul contabilizou o maior número desde 2020. Mesmo com meses seguidos de frio e chuva constantes, foram registrados 5.477 focos, um aumento de 32%.

Enquanto isso, o Nordeste foi a única região que reduziu a quantidade de incêndios em vegetação. Ao todo, foram contados 24.550 focos, um número ainda alto, mas que representa uma redução de 3% em comparação com 2023. 

[HTTPS://WWW.CNNBRASIL.COM.BR/NACIONAL/BRASIL-BATE-RECORDE-DE-EMISSAO-DE-CARBONO-E-TEM-QUASE-100-MAIS-QUEIMADAS-EM-2024/](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-bate-recorde-de-emissao-de-carbono-e-tem-quase-100-mais-queimadas-em-2024/)

Nova lei incentiva ações de recuperação e proteção de nascentes



© JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Iniciativas de preservação ambientais terão acesso a recursos públicos

por **FABÍOLA SINIMBÚ | AGÊNCIA BRASIL**

O governo federal publicou nesta quinta-feira (24), no Diário Oficial da União, a Lei 14.653, que prevê regras para intervenção e implantação de instalações necessárias à recuperação e proteção de nascentes. A medida altera duas legislações ambientais: o Código Florestal e a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

A nova legislação inclui na lista de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental ações com o objetivo de recompor a vegetação nativa no entorno de nascentes ou outras áreas degradadas. As intervenções terão que obedecer às normas dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

O texto também permite que as áreas de preservação permanente e de reserva legal possam receber recursos públicos pelos serviços ambientais. Terão prioridade as áreas “localizadas no entorno de nascentes e em bacias hidrográficas, consideradas críticas para o abastecimento público de água, assim definidas pelo órgão competente, ou em áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica em processo de desertificação ou de avançada fragmentação.”

A proposta de criação da nova lei foi apresentada pela deputada federal licenciada Leandre (PV-PR), em 2019, como o objetivo de proteger os recursos hídricos do país. “As nascentes, sejam elas perenes ou intermitentes, têm importância vital para todo o sistema hídrico, sendo que a diminuição de suas vazões e até mesmo sua seca apresentam consequências negativas diretas para os córregos, rios e demais cursos d’água”, disse a deputada. 

[HTTPS://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/GERAL/NOTICIA/2023-08/NOVA-LEI-INCENTIVA-ACOES-DE-RECUPERACAO-E-PROTECAO-DE-NASCENTES](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/nova-lei-incentiva-acoes-de-recuperacao-e-protecao-de-nascentes)



Green Destinations

14 destinos brasileiros ganham prêmio internacional de turismo sustentável e responsável

por NATASHA ROMANZOTI

Se 15/10/2024 – As boas práticas em responsabilidade e sustentabilidade de 14 destinos brasileiros foram premiadas pela prestigiada organização holandesa Green Destinations. O concurso anual TOP 100 Stories, que acontece desde 2014, elegeu soluções inovadoras e responsáveis para superar desafios na gestão turística, com ênfase em áreas como educação, preservação ambiental e inclusão social. A edição 2024 contou com mais de 190 histórias inscritas de 90 países.

O resultado foi divulgado nesta terça-feira (15), durante evento online da Conferência Global Green Destinations 2024. Dentre os 100 vencedores em todo o mundo estão seis destinos de Santa Catarina – Bom Jardim da Serra, Bombinhas, Itá, Penha, Rota do Enxaimel e Treze Tílias –, três do Rio Grande do Norte – Santa Cruz, São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul –, três de Pernambuco – Fernando de Noronha, Sirinhaém e Tamandaré –, além de Barão de Cocais (MG) e Bodoquena (MS). É o melhor desempenho do Brasil, superando 2022, quando tivemos 10 premiados.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, comemorou o resultado do concurso e destacou o reconhecimento do Brasil como uma referência em sustentabilidade no turismo. “O turismo é um instrumento importante para a

Destinos vencedores do TOP 100 Stories 2024 foram divulgados nesta terça-feira (15); resultado é inédito para o Brasil

construção de um mundo mais responsável e sustentável e o governo do presidente Lula tem atuado, em parceria com os estados e municípios, nesse processo de qualificação dos nossos destinos. Estamos promovendo um turismo sustentável, que se preocupa com o meio ambiente, a cultura local e a geração de emprego e renda para as comunidades”, declarou Freixo.

O reconhecimento global é uma oportunidade para que os destinos compartilhem suas histórias de sucesso. Com foco na preservação ambiental, o projeto ‘Noronha Plástico Zero’, em Fernando de Noronha (PE), visa eliminar o plástico descartável e promover a conscientização ambiental na ilha, assim como a parceria entre os Parques Eco Serrana e Serra da Bodoquena, em Bodoquena (MS), que trabalha para expandir o ecoturismo e promover ações de preservação na região.

Avaliação e critérios

Sobre a Green Destinations

Fundada em 2014, a Green Destinations apoia destinos e empresas a adotarem práticas mais responsáveis, por meio de um programa abrangente de certificação, relatórios de avaliação e ferramentas de suporte. No Brasil, o Instituto DEL é o parceiro responsável pela operação desse programa e pela promoção do turismo sustentável no país.”

[HTTPS://EMBRATUR.COM.BR/2024/10/15/GREEN-DESTINATIONS-14-DESTINOS-BRASILEIROS-GANHAM-PREMIO-INTERNACIONAL-DE-TURISMO-SUSTENTAVEL-E-RESPONSAVEL/](https://embratur.com.br/2024/10/15/green-destinations-14-destinos-brasileiros-ganham-premio-internacional-de-turismo-sustentavel-e-responsavel/)



Foto: Embratur - Site/Divulgação

Brasil é eleito melhor país para turismo de aventura do mundo



por NATASHA ROMANZOTI

S e 12/09/2024 – O Brasil foi eleito como o melhor destino de turismo de aventura do mundo, segundo o portal US News & World Report. A lista de 2024, produzida pelo site em parceria com a Wharton School da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, é baseada em uma pesquisa com quase 17 mil pessoas pelo mundo.

Ao todo, 89 países foram listados pelos entrevistados e avaliados em 10 subcategorias: qualidade de vida, mudanças climáticas, negócios, influência cultural, aventura, agilidade, poder, empreendedorismo, herança e propósito social. O Brasil aparece como principal destino de aventura do mundo, à frente de países como Itália, Grécia, Espanha e Tailândia, nessa ordem.

De acordo com o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, o reconhecimento do Brasil como referência em turismo de aventura faz parte do projeto de reconstrução do país. “Esse é mais um exemplo de que o Brasil voltou. Somos reconhecidos internacionalmente como o país mais desejado para praticar o turismo de aventura. E, em todas as iniciativas da Embratur, reforçamos que o turismo de aventura no Brasil dialoga com outros segmentos, que transformam o turismo enquanto atividade econômica sustentável. Além disso, somos referência em relação à segurança na prática do turismo de aventura”, afirmou Freixo.

Atualmente, o Brasil possui 44 normas técnicas (ABNT) vigentes e disponí-

Ranking do portal US News & World Report entrevistou quase 17 mil pessoas que listaram 89 nações pelo mundo

veis no turismo de aventura, sendo 19 internacionais. O país tem ainda 20 empresas com certificação internacional ISO no Turismo de Aventura. Além disso, cinco normas internacionais ISO de Turismo de Aventura são baseadas nas ABNTs.

No ano passado, a Embratur assinou dois Acordos de Cooperação Técnica (ACTs): um com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), com a intenção de promover e fortalecer o turismo de aventura e o ecoturismo brasileiro no mercado internacional, e o outro com o Coletivo Muda!, que prevê a promoção de produtos e experiências brasileiras de turismo responsável no mercado internacional.

Top-15

Além de liderar a subcategoria de Turismo de Aventura, o Brasil aparece bem posicionado em outras três categorias: 11º em influência cultural (moda e entretenimento); 12º Mudanças (países com economias de alto potencial); e 12º Herança (valoriza a história rica em cultura e geografia). 12/09/2024 – O Brasil foi eleito como o melhor destino de turismo de aventura do mundo, segundo o portal US News & World Report. A lista de 2024, produzida pelo site em parceria com a Wharton School da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, é baseada em uma pesquisa com quase 17 mil pessoas pelo mundo. 

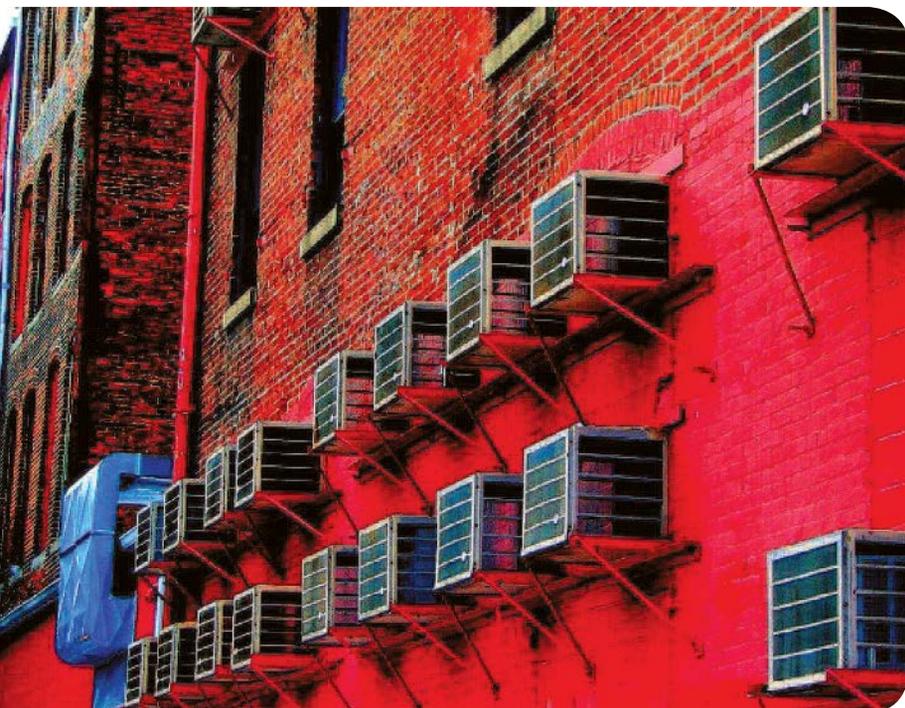


O reconhecimento do Brasil como referência em turismo de aventura faz parte do projeto de reconstrução do país

[HTTPS://EMBRATUR.COM.BR/2024/09/12/BRASILELEITO-MELHOR-PAIS-PARA-TURISMO-DE-AVENTURA-DO-MUNDO/](https://embratur.com.br/2024/09/12/brasileleito-melhor-pais-para-turismo-de-aventura-do-mundo/)

Brasil terá até 2045 para reduzir uso de gases HFCS

NAÇÕES UNIDAS



“Acho muito interessante que nossos cães consigam usar informações acústicas e de conteúdo para determinar o que a fala pode significar para eles”, afirmou Benjamin.

Apesar de se encontrarem em pequenas quantidades na atmosfera, os HFCS têm um potencial de aquecimento global muito alto. Com a suspensão do uso desses gases, estima-se que se evitará o aumento da temperatura global em 0,5°C até 2100 e evitará a emissão de 70 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera.

“A eliminação gradual mundial de HFCS proporciona um grande impulso aos esforços para manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C, como indicado no Acordo de Paris”, completou Ban.

Metas e calendário diferenciado dos países:

Países desenvolvidos A2:

- Países: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e União Europeia, dentre outros com algumas diferenciações.

- Ano de congelamento do consumo e da produção dos HFCS: 2019

- Meta: Reduzir o consumo e a produção a 15% dos níveis de 2011-2013

- Data para alcançar a meta: 2036

Países em desenvolvimento A5 Grupo 1

- Países: Países do A5 com exceção dos países do Grupo 2

- Ano de congelamento da produção dos HFCS: 2024

- Meta: Reduzir o consumo e a produção a 20% dos níveis da média dos anos 2020-2022

- Data para alcançar a meta: 2045

Países em desenvolvimento A5 Grupo 2

- Países: Índia, Paquistão, Irã, Iraque, Países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)

- Ano de congelamento da produção dos HFCS: 2028

- Meta: Reduzir o consumo e a produção a 15% dos níveis da média dos anos 2024-2026

- Data para alcançar a meta: 2047

[HTTPS://BRASIL.UN.ORG/PT-BR/74701-BRASIL-TER%3A-AT%3A9-2045-PARA-REDUZIR-USO-DE-GASES-HFCS](https://brasil.un.org/pt-br/74701-brasil-ter%3A-at%3A9-2045-para-reduzir-uso-de-gases-hfcs)

por NATASHA ROMANZOTI

O BrO Brasil terá até 2045 para cumprir a meta de redução do uso de uma substância que não prejudica a camada de ozônio, mas possui alto potencial de aquecimento global, os hidrofluorcarbonetos (HFCS), utilizados em sistemas de refrigeração.

A redução terá de ser equivalente a 20% dos níveis utilizados na média dos anos 2020-2022. O Brasil não produz HFCS e tem seu consumo baseado nas quantidades importadas e eventualmente exportadas.

As partes do Protocolo de Montreal reuniram-se na semana passada, em Kigali, Ruanda, para decidir sobre emenda que inclui, pela primeira vez, a eliminação gradual dos HFCS.

O acordo de Kigali, firmado no último sábado (15), estava em discussão havia sete anos. Ele divide os países em três grupos para reduzir o consumo e a produção dos HFCS, sendo o prazo para os desenvolvidos mais curto do que para as nações em desenvolvimento.

“As metas e o cronograma de redução dos HFCS aprovados para os países em desenvolvimento foi o que o Brasil considerou factível em assumir tendo em vista as conversas com o setor privado”, explicou a gerente de proteção da camada de ozônio do Ministério do Meio Ambiente, Magna Luduvic.

Os HFCS foram desenvolvidos como uma alternativa a gases proibidos pelo Protocolo de Montreal, como os clorofluorcarbonetos (CFCs) e os hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), principalmente nos setores de ar condicionado, refrigeração e para alguns produtos de aerossol.

“A adoção da emenda dos HFCS trará benefícios consideráveis para as próximas décadas e apoiará no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, declarou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.



Programa de coleta de óleo de cozinha usado é lançado no Leste Fluminense

por DO OC

Óleo de cozinha jogado na pia, ralo ou vaso sanitário nunca mais! Esse é o pedido, em tom de alerta, que a Águas do Rio faz com o programa “De Olho no Óleo”. Colocada em prática na capital e Baixada Fluminense, a iniciativa foi lançada no Leste Fluminense neste Mês do Meio Ambiente para conscientizar sobre os riscos dessa prática e a importância do descarte adequado em residências e comércios. Para isso, a concessionária está distribuindo coletores em colégios de São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá, e lojas da companhia também receberão o material. O intuito é estimular a comunidade estudantil e a população numa ação sustentável que pretende mobilizar mais de três mil estudantes.

“Ao descartar o óleo indevidamente, ele se junta a outros resíduos e vira um bloco sólido capaz de entupir as redes coletoras. Com esse bloqueio, o esgoto não flui da forma devida, podendo retornar para o próprio imóvel ou extravasar em vias públicas causando mal cheiro. Além do transtorno ambiental, o esgoto não tratado causa doenças e atrai insetos, ratos e outros animais”, explicou Malcom Bispo, gerente de Operações da Águas do Rio.

A campanha vai até novembro e estimula a população a juntar dois litros de óleo de cozinha usado e trocar por um frasco de detergente nos pontos de coleta. Todo material arrecadado será transportado para uma cooperativa, devidamente licenciada, que faz a destinação correta, transformando-o em biocombustível ou sabão.

“Todos podem fazer a sua parte. E, para isso, é preciso armazenar o óleo de cozinha usado em uma garrafa PET e depois depositá-la em um dos coletores nas escolas ou em lojas de atendimento da empresa (veja endereços abaixo)”, afirma Susana Lima, analista de Responsabilidade Social da companhia.

Palestras em escolas públicas

Além da distribuição de coletores, funcionários da empresa vão dar palestras em escolas da rede pública para promover um comportamento ambientalmente correto.

A apresentação do “De Olho no Óleo” para os primeiros alunos aconteceu neste mês na Escola Municipal Professora Dearina Silva Machado, em Tanguá, onde alunos do 5º ao 9º ano assistiram à esquete “De Olho na Oleosa”, que aborda o tema de forma lúdica. Hoje é a vez de Itaboraí, onde estudantes da Escola Municipal Antônio Alves Vianna conhecerão a iniciativa.

O programa já foi implantado pela concessionária no Rio, Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu e Queimados.

Águas do Rio incentiva a sustentabilidade em escolas de São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá, e população poderá trocar material descartado por detergente



Coleta em lojas das Águas do Rio no Leste Fluminense:

De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

São Gonçalo

Av. Pres. Kennedy, 311 (2º piso) – Centro.

Alcântara

Estrada Raul Veiga, 351, Loja 21.

Itaboraí

Rua São João, 42 – Centro.

Tanguá

Rua Vereador Manoel Macedo, 300, Loja 4 – Centro.

Maricá

Rua Barão de Inoã, 287 – Centro.

Saquarema

Rua 96, nº 585 – Jaconé. 

[HTTPS://AGUASDORIO.COM.BR/PROGRAMA-DE-COLETA-DE-OLEO-DE-COZINHA-USADO-E-LANCADO-NO-LESTE-FLUMINENSE/](https://aguasdoriorio.com.br/programa-de-coleta-de-oleo-de-cozinha-usado-e-lancado-no-leste-fluminense/)



Brasil ocupa oitavo lugar em ranking de poluição plástica | Foto: Getty Images

O Brasil é o 8º maior poluidor plástico do planeta e o 1º da América Latina, alerta relatório

Os resultados apontam que o Brasil é um dos grandes responsáveis pela crise plástica que o planeta enfrenta.

por **REDAÇÃO TERRA**

PeUm relatório divulgado na quinta-feira, 17, pela ONG Oceana, alerta para um dado preocupante: o Brasil é o oitavo maior poluidor plástico do planeta, e o líder na América Latina. Por ano, o País despeja cerca de 1,3 milhão de toneladas de lixo plástico nos mares, influenciando diretamente na fauna marinha e na saúde da população. Ao menos 9 em cada 10 peixes mais consumidos, por exemplo, já ingeriram plástico.

As informações fazem parte do documento Fragmentos da Destruição: Impacto do Plástico na Fauna Marinha Brasileira, que mostra os efeitos da poluição plástica na vida de diversas espécies marinhas, como moluscos, aves, peixes, tartarugas e mamíferos.

Os resultados apontam que o Brasil é um dos grandes responsáveis pela crise plástica que o planeta enfrenta. O tema, aliás, é urgente. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a poluição por plásticos só fica atrás da emergência climática como maior ameaça ambiental.

No oitavo lugar do ranking de maiores poluidores plásticos, o Brasil despeja cerca de 1,3 milhão de toneladas desses resíduos no oceano por ano. Isso representa cerca de 8% de todo o material plástico que invade os mares em todo o planeta.

Além do impacto desastroso na biodiversidade marinha, os dados também servem como alerta à saúde pública. Segundo o relatório, os microplásticos já fazem parte da dieta humana e podem ser encontrados em 9 das 10 espécies de peixes mais consumidas no mundo.

No caso do Brasil, em cerca de 98% dos peixes que vivem em riachos na Amazônia também foi identificada a presença de plástico no intestino e nas brânquias.

Quando ingerido por animais marinhos, esse material pode ter um impacto gravíssimo em seu ciclo de vida. Isso porque o plástico pode levar à desnutrição, diminuição da imunidade e até à morte.

Para o diretor-geral da ONG Oceana, Ademilson Zamboni, é preciso repensar a lógica de produção numa tentativa de melhorar os números no país e no mundo.

“Além deste estudo nos ajudar a dimensionar melhor o tamanho e a dinâmica do problema, é fundamental também entender que o plástico que polui nossos mares chega lá por conta de um modelo de produção e descarte que precisa ser urgentemente substituído”, afirmou.

Dados relevantes no relatório:

- **85%** das espécies marinhas que ingeriram plástico estão em risco de extinção;
- **1 em cada 10** animais marinhos que ingeriu plástico morreu;
- **200** espécies marinhas já foram registradas com ingestão de plástico no Brasil;
- **98%** dos peixes amazônicos analisados continham plástico ou microplástico no intestino e nas brânquias;



Poluição plástica é tema urgente segundo a ONU
Foto: Getty Images

- **70%** das tartarugas verdes ingeriram plástico; em algumas regiões do Brasil, esse índice chega a 100%;
- Fragmentos de sacolas e embalagens flexíveis são os itens mais ingeridos **por tartarugas**;
- **77%** dos estômagos analisados de aves, tartarugas e mamíferos tinham plástico;
- **49,5%** das espécies de aves, répteis e mamíferos analisados pelo Projeto de Monitoramento de Praias continham plástico no estômago. 🌐

[HTTPS://WWW.TERRA.COM.BR/PLANETA/NOTICIAS/BRASIL-E-O-8-MAIOR-POLUIDOR-PLASTICO-DO-PLANETA-E-O-1-DA-AMERICA-LATINA-ALERTA-RELATORIO,DD24BE8320873AF0B88374011AFC9E48V0RM3OME.HTML#GOOGLE_VIGNETTE](https://www.terra.com.br/planeta/noticias/brasil-e-o-8-maior-poluidor-plastico-do-planeta-e-o-1-da-america-latina-alerta-relatorio,DD24BE8320873AF0B88374011AFC9E48V0RM3OME.HTML#GOOGLE_VIGNETTE)

Reunião climática de Bonn: sem Brasil ganha plataforma inédita de rastreamento de plástico e promove reciclagem



Em parceria com a Associação Brasileira do Plástico (Abiplast), ferramenta promove a economia circular através do rastreio e registro de reutilização do material e segue os desafios propostos pela NIB

por **ABDI**

Em uma solução pioneira para reduzir a poluição plástica no país e promover a reciclagem e a circularidade, o Brasil ganhou uma plataforma inédita que rastreia e registra todo o caminho dos plásticos reciclados. A Recircula Brasil, ferramenta desenvolvida pela ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e pela Associação Brasileira do Plástico (Abiplast) contribui para aumentar os índices de reciclagem no país e garante que esses materiais sejam reaproveitados.

A iniciativa segue os direcionamentos dados pela Nova Indústria Brasil (NIB), que prevê metas e ações prioritárias a serem implementadas nos próximos 10 anos para promover a sustentabilidade, economia circular, inovação e tecnologia. Em especial, a missão 5 da NIB, que reúne ações relacionadas à descarbonização e à transformação ecológica do país. A ferramenta também está alinhada à Estratégia Nacional de Economia Circular, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), ao qual a ABDI está vinculada.

A plataforma utiliza notas fiscais eletrônicas para rastrear o caminho dos plásticos reciclados. Ela conecta essas notas, desde a compra dos materiais até a venda dos produtos finais, monitorando todo o percurso dos plásticos reciclados. Com essas informações, o sistema atesta a origem dos materiais e confirma que o produto contém plástico reciclado, garantindo transparência e confiabilidade.

Essa abordagem não só assegura que os materiais recicláveis estão sendo efetivamente reaproveitados, mas também promove confiança e segurança no processo de reciclagem, beneficiando tanto empresas quanto consumidores. 

[HTTPS://WWW.GOV.BR/MDIC/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/2024/JULHO/BRASIL-GANHA-PLATAFORMA-INEDITA-DE-RASTREAMENTO-DE-PLASTICO-E-PROMOVE-RECICLAGEM](https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/brasil-ganha-plataforma-inedita-de-rastreamento-de-plastico-e-promove-reciclagem)

Até 95 milhões de americanos foram expostos a produtos químicos cancerígenos na água da torneira: estudo



Estimou-se que mais de 40% dos poços de abastecimento público e quase um em cada cinco poços domésticos examinados no estudo estavam contaminados com esses produtos químicos.

De acordo com um novo estudo, uma classe de produtos químicos conhecidos por causar sérios problemas de saúde foi encontrada no abastecimento de água potável de milhões de cidadãos dos EUA.

Substâncias perfluoroalquílicas e polifluoroalquílicas (PFAS) são produtos químicos usados em uma ampla gama de itens, como espumas de combate a incêndio, produtos de limpeza, repelentes de água, tintas, tecidos resistentes a manchas e utensílios de cozinha antiaderentes. Conhecidos como “produtos químicos eternos”, eles não se decompõem facilmente no ambiente. Existem mais de 12.000 tipos de PFAS, e eles estão ligados a problemas de saúde adversos, como câncer, causando efeitos negativos na função imunológica e problemas reprodutivos.

O estudo, publicado na revista Science em 24 de outubro, analisou a presença de PFAS no abastecimento de água potável dos Estados Unidos. Pesquisadores estimaram que “71 a 95 milhões de pessoas nos Estados Unidos contíguos potencialmente dependem de águas subterrâneas com concentrações detectáveis de PFAS para seus suprimentos de água potável antes de qualquer tratamento”. Isso equivale a aproximadamente 20 a 27 por cento dos americanos sendo expostos a PFAS. 

[THEEPOCHTIMES.COM/HEALTH/UP-TO-95-MILLION-AMERICANS-EXPOSED-TO-CANCER-CAUSING-CHEMICALS-IN-TAP-WATER-STUDY-5747897?UTM_SOURCE=MORNINGBRIEFNOE&SRC_SRC=MORNINGBRIEFNOE&UTM_CAMPAIGN=MB-2024-10-26&SRC_CMP=MB-2024-10-26&UTM_MEDIUM=EMAIL&T=AAAAAAAAAAAAAAAAABOM%2BZXOPWM7L7BECV2LLAEVAZE4PLIVA1SXGCZX4CE1JU%2BOYWHF%2F86DCLQ%3D%3D](https://www.thepochtimes.com/health/up-to-95-million-americans-exposed-to-cancer-causing-chemicals-in-tap-water-study-5747897?utm_source=morningbriefnoe&src_src=morningbriefnoe&utm_campaign=mb-2024-10-26&src_cmp=mb-2024-10-26&utm_medium=email&T=AAAAAAAAAAAAAAAAABOM%2BZXOPWM7L7BECV2LLAEVAZE4PLIVA1SXGCZX4CE1JU%2BOYWHF%2F86DCLQ%3D%3D)

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS TRANSFORMAM O CENTRO DE NITERÓI



P/WIKIPEDIA.ORG | PAISAGEM DA CAATINGA, PB

Reurbanização do trecho Norte da Avenida Visconde do Rio Branco, mostrando as novas baias e pontos de ônibus e o recapeamento e a sinalização horizontal já implantada.

por AXELGRAEL.BLOGSPOT.COM

O ParNo atual governo municipal (Gestão Axel Grael, 2021/2024), os investimentos da Prefeitura de Niterói já atingiram o maior patamar histórico, com expressivos 2,6 BILHÕES DE REAIS (valores até setembro de 2024). E o investimento segue crescendo: o valor em 2024 é o triplo daquele praticado em 2021, primeiro ano do governo, e deverá ultrapassar a marca de 1 bilhão de reais até o fim do ano, o que será um destacado recorde para a cidade. São atualmente mais de 500 frentes de obras na cidade com a geração de mais de 5.500 empregos. O atual ciclo faz parte da estratégia de retomada da economia pós-COVID que estruturamos em 2022: o Plano Niterói 450 Anos.

Niterói também tem demonstrado organização, capacidade de planejamento e de elaboração de projetos, além de possuir uma significativa receita própria, ingredientes de uma boa gestão pública.

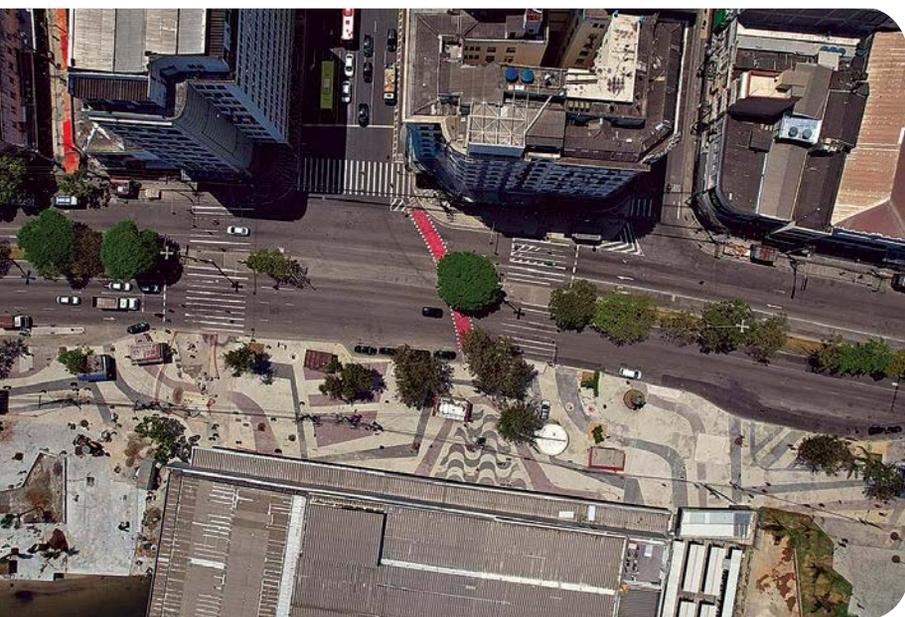
Conforme vamos demonstrar aqui, os investimentos iniciados, entregues ou em execução pela Prefeitura no Centro de Niterói alcançam o montante de R\$ 419.353.349,00. Também citamos os recursos já assegurados pela atual gestão do Novo PAC Seleções (Governo Federal), acrescentam-se R\$ 455.000.000,00, que serão aplicados na implantação do VLT de Niterói, que em grande parte estará na região central da cidade.

Entre 2014 a 2024, Niterói experimentou o que chamamos da DÉCADA DE OURO DOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - o maior ciclo de investimentos públicos da sua história, com mais de 4,3 BILHÕES DE REAIS de recursos empenhados para obras de infraestrutura urbana, resiliência (contenção de encostas e drenagem) e novos equipamentos para a saúde, educação, esporte, meio ambiente e cultura em toda a cidade, resolvendo demandas que persistiam há muitos anos.

R\$ 4,3 bilhões: total dos investimentos da Prefeitura nos últimos 10 anos (2014-2024).

R\$ 2,6 bilhões: total dos investimentos da Prefeitura na atual gestão (2021-2024)

R\$ 1 bilhão: total dos investimentos da Prefeitura em 2024



Praça Arariboia com novo calçamento. O desenho da paginação e o paisagismo são do Escritório Burler Marx.



A obra que estava parada há muitos anos foi concluída pela Prefeitura.

R\$ 386 milhões: total dos investimentos no Centro de Niterói na atual gestão. Portanto, Niterói tem um dos maiores investimentos públicos municipais do país, tendo sido apontada como a 18ª cidade que mais investe no país, de acordo com o ranking do Anuário Multicidades: finanças dos municípios do Brasil, 2023 (considera valores de 2021. Niterói certamente subirá no ranking nos anos seguintes), publicado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP. O Multicidades analisa a performance dos mais de 5 mil municípios brasileiros.

Esta capacidade de investimento de Niterói foi possível pela qualidade da sua gestão fiscal, considerada a melhor do estado do Rio de Janeiro há sete anos seguidos, de acordo com o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF. Veja, a seguir, a evolução da cidade no ranking estadual do IFGF: 2013 (21º lugar), 2014 (5º lugar), 2015 (2º lugar) e de 2016 a 2022 Niterói esteve em primeiro lugar.

Niterói também tem demonstrado organização, capacidade de planejamento e de elaboração de projetos, além de possuir uma significativa receita própria, ingredientes de uma boa gestão pública. Somou-se a isso uma eficiente estratégia de captação de recursos com acessos a financiamentos do BID e CAF, que garantiram recursos para investimentos em períodos de menor arrecadação. A Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD ofereceu apoio importantes para projetos estratégicos, como o desenvolvimento dos estudos para o VLT de Niterói, para o qual já conquistamos recursos do PAC para iniciar a sua implantação.

A partir de 2017, a prefeitura passou a contar com o crescimento da arrecadação dos royalties do petróleo, o que incrementou ainda mais a sua capacidade de investimentos.

GESTÃO DE QUALIDADE PERMITIU OS INVESTIMENTOS

Cabe destacar a aposta da cidade no planejamento e na modernização da gestão. Em 2013, desenvolvemos o Planejamento Estratégico Niterói que Queremos 2013-2033, documento que foi elaborado com a participação de mais de 10.000 pessoas. O documento é referência na gestão da cidade e é seguido com disciplina pelos dirigentes, que têm metas a cumprir.



Inauguração UMEI na Ponta D'Areia.

Foram estas qualidades da administração pública de Niterói que permitiram uma excepcional capacidade de investimento e a eficiência na condução das políticas públicas. Esta qualidade permitiu que Niterói conquistasse vários prêmios na administração pública, com destaque para o Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, que conquistei (etapas estadual e nacional) com a nossa equipe em 2022.

Esta década virtuosa da gestão pública de Niterói permitiu que a prefeitura promovesse muitas obras importantes para a requalificação do Centro de Niterói. Veja o tamanho da transformação que o Centro está recebendo na lista das principais obras a seguir: . 

MAIS INFORMAÇÕES

[HTTPS://AXELGRAEL.BLOGSPOT.COM/2024/10/INVESTIMENTOS-MUNICIPAIS-TRANSFORMAM-O.HTML](https://axelgrael.blogspot.com/2024/10/investimentos-municipais-transformam-o.html)



A arborização que já conta com belos ipês, receberá mais árvores para garantir o conforto térmico dos pedestres.

Deputados afirmam que acordo de Mariana é momento histórico



DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO FIRMADO, AS MINERADORAS VÃO REPASSAR OS R\$ 100 BILHÕES RESTANTES AO GOVERNO FEDERAL EM 20 ANOS.

Cerimônia de assinatura do acordo para reparar os danos da tragédia de Mariana (MG)

por **AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS**

Na avaliação de deputados mineiros, o acordo para reparação dos prejuízos causados pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG) representa um momento histórico. O deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) ressaltou que permanece a tristeza, mas agora há também um sentimento de dever cumprido, uma vez que o acordo vai permitir reparar pelo menos os danos ambientais e econômicos, “já que a vida não tem preço”. Na tragédia, ocorrida em novembro de 2015, 19 pessoas morreram. “Nós conseguimos avanços: recursos para os pescadores artesanais e para a agricultura familiar; R\$ 1 bilhão para a Agência Nacional de Mineração, que carece de recursos do governo federal para que a mineração seja sustentável e responsável. Então, hoje é um momento especial, não de comemorar, mas de sentimento de dever cumprido”, disse Zé Silva.

Valores

Pelo acordo assinado entre o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e as três empresas envolvidas na tragédia – Vale, BHP e Samarco –, as mineradoras vão pagar R\$ 132 bilhões para reparação dos danos. Segundo o advogado-geral da União, Jorge Messias, R\$ 32 bilhões já estão disponíveis. Esse valor será destinado principalmente para o pagamento de indenizações à população afetada. O acordo prevê que agricultores e pescadores artesanais irão receber R\$ 95 mil. PESSO-

as da região atingida que não conseguiram comprovar na Justiça que foram afetadas com o rompimento da barragem vão receber R\$ 35 mil. O governo estima que cerca de 300 mil pessoas serão beneficiadas. O pescador artesanal Manuel Bueno reclama que essa indenização é insuficiente para reparar os danos sofridos pelos atingidos. “Nós estamos há nove anos sem receber nada. E quando você vê falar de uma indenização de R\$ 95 mil, as nossas embarcações estão sucateadas, a nossa saúde não está muito boa. A gente não está contente, para nós atingidos não está atendendo. Talvez atenda muito bem os governadores, ao poder público, mas para nós atingidos ainda não é suficiente”, afirmou.

Fiscalização

Para o deputado Rogério Correia (PT-MG), o principal avanço do acordo foi obrigar as empresas a repassar o dinheiro ao governo, que ficará responsável por atender as demandas da população afetada. Rogério Correia também garantiu que a Câmara vai fiscalizar o cumprimento do que foi acordado. **R**

[HTTPS://WWW.CAMARA.LEG.BR/NOTICIAS/1106044-DEPUTADOS-AFIRMAM-QUE-ACORDO-DE-MARIANA-E-MOMENTO-HISTORICO/](https://www.camara.leg.br/noticias/1106044-deputados-afirmam-que-acordo-de-mariana-e-momento-historico/)



Lama tóxica se espalha no Rio Doce após rompimento da barragem da Samarco



Lula durante anúncio de envio ao Congresso Nacional do PL que propõe endurecimento de penas para crimes ambientais -

Alterações na Lei de Crimes Ambientais propostas pelo governo Lula não servem para fauna

por DIMAS MARQUES

AmNa semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) que altera a Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), aumentando as penas previstas para alguns delitos. A iniciativa é uma resposta aos incêndios propósitos em áreas com vegetação nativa que ainda hoje ocorrem no Pantanal, na Amazônia e no Cerrado.

Mas, para os crimes contra a fauna, a proposta não vai servir para muita coisa...

Para os silvestres

Dois pontos do projeto de lei foram divulgados pelo governo:

– Para o artigo 29 (“Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”), que trata de condutas ligadas ao tráfico de fauna e à caça, a pena em caso de condenação muda dos atuais seis meses a um ano de detenção (e multa) para entre um e três anos de detenção (e multa).

– Para o artigo 33 (“Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras”), a pena em caso de condenação muda de um a três anos de detenção ou multa (ou ambas cumulativamente) para detenção de dois e quatro anos e multa.

Em caso de as alterações propostas serem aprovadas pelos parlamentares, as condutas criminosas citadas em ambos os artigos não mais estarão submetidas à Lei nº 9.099/1995. Ou seja, por não serem mais crimes de “menor potencial ofensivo”, os infratores não se beneficiarão mais da transação penal – acordo feito com o Ministério Público em que o suspeito paga uma multa ou cumpre algum tipo de serviço social para que não seja aberto processo judicial.

Assim, os casos não mais serão registrados por meio de termos circunstanciados, obrigando a polícia a elaborar boletins de ocorrência para instaura-

Propostas para delitos como tráfico de animais e caça não surtirão efeito, pois a pena prevista não passou de quatro anos de reclusão.

ção de inquérito e posterior investigação. Há, portanto, um ganho.

Entretanto, como as punições propostas continuam inferiores a quatro anos, os infratores envolvidos em condutas criminosas previstas em ambos os artigos não podem ter a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva (Lei nº 12.403/2011). Isso quer dizer que o suspeito responderá pelo crime em liberdade.

O projeto de lei também não avançou em tipificar o tráfico de animais como um crime e em diferenciar o traficante de fauna de quem cria animais silvestres como bicho de estimação – pela lei, há uma previsão de tratamento igual entre esses dois tipos de infratores.

Falta de estudo ou factóide

O governo Lula não estudou os problemas para, efetivamente, propor soluções à impunidade que caracteriza artigos da legislação ambiental que deveriam proteger a fauna silvestre. Para os animais silvestres, o projeto de lei é ineficaz! 

[HTTPS://FAUNANEWS.COM.BR/ALTERACOES-NA-LEI-DE-CRIMES-AMBIENTAIS-PROPOSTAS-PELO-GOVERNO-LULA-NAO-SERVEM-PARA-FAUNA/](https://faunaneWS.com.br/alteracoes-na-lei-de-crimes-ambientais-propostas-pe-lo-governo-lula-nao-servem-para-fauna/)



Lançamento da Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica, em Washington, nos EUA. Foto: MMA

Governo Federal e parceiros lançam Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica

por **MMA.GOV.BR**

Pagoverno federal e instituições parceiras anunciaram nesta quarta-feira (23/10) em Washington, nos Estados Unidos, o lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP, na sigla em inglês). O mecanismo irá facilitar investimentos internacionais que apoiem projetos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país, com foco na transição ecológica e no combate à mudança do clima.

A plataforma é uma iniciativa dos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Fazenda, de Minas e Energia e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em cooperação com parceiros como a Bloomberg Philanthropies, a Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (GFANZ, na sigla em inglês), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o Fundo Verde para o Clima (GCF).

“A Plataforma Brasil de Investimento Climático e para a Transformação Ecológica é um dos resultados da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, inovação trazida pela presidência brasileira do G20”, disse a ministra Marina Silva. “Será essencial para a implementação do Plano Clima, atraindo investimentos de outros países para acelerar e dar escala à descarbonização da economia brasileira.”

Além de Marina, o anúncio teve participação do

INICIATIVA IRÁ ACELERAR A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO CLIMA E DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

ministro Fernando Haddad (Fazenda), de representantes de bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), entre outros.

“A plataforma é a realização de um ano e meio de iniciativas do Ministério da Fazenda que permitiram um novo horizonte para a agenda climática do Brasil”, disse Haddad. “É, portanto, a conclusão de um processo de estruturação de nossos marcos regulatórios e financeiros para investimentos verdes. Da mesma forma, é o início de outro processo, de uma nova onda de investimentos.”

A BIP busca expandir e otimizar investimentos de todas as fontes na transição, em apoio ao Plano de Transformação Ecológica e ao Plano Clima, servindo de exemplo para outros países que buscam integrar suas transformações ecológicas e metas climáticas em pipelines de investimentos concretos. **R**

CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA:

[HTTPS://WWW.GOV.BR/MMA/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/GOVERNO-FEDERAL-E-PARCEIROS-LANCAM-PLATAFORMA-BRASIL-DE-INVESTIMENTO-CLIMATICO-E-PARA-A-TRANSFORMACAO-ECOLOGICA](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-e-parceiros-lancam-plataforma-brasil-de-investimento-climatico-e-para-a-transformacao-ecologica)



ALERJ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO



PALÁCIO
TIRADENTES

por FLÁVIO SERAFINI

Mapa da fome no rio: meio milhão de pessoas na cidade se alimenta apenas uma vez por dia ou não tem o que comer



Flávio Serafini foi reeleito para seu terceiro mandato como deputado estadual do Rio. Foto: Divulgação

Cerca de meio milhão de cariocas não têm o que comer ou se alimentam apenas uma vez ao dia. Os dados foram divulgados pelo jornal O Globo, em reportagem sobre um estudo realizado pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), da UFRJ, em parceria com a Frente Parlamentar Contra a Fome e a Miséria, da Câmara Municipal do Rio.

É a primeira vez que uma cidade brasileira faz esse pesquisa, que ainda revela que no Rio são as mulheres negras, com baixa escolaridade e trabalho informal as principais vítimas. Ao todo, 2 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar na cidade.

O tema da insegurança alimentar sempre esteve na agenda de lutas de nosso mandato. Na Alerj, presido a Frente Parlamentar de Economia Solidária, Agroecologia e Produção Orgânica. Na última semana, em parceria com a Comissão de Segurança Alimentar, fizemos uma audiência pública para discutir estratégias no Legislativo em prol da soberania alimentar.

Sabemos que, como dizia Betinho, 'quem tem fome, tem pressa'. Por isso, nossa luta para garantir comida saudável no prato de todos e todas é todo dia!

FONTE:

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=1016420386508696&ID=100044222326912&_RDR](https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=1016420386508696&id=100044222326912&_RDR)

Alerj realiza audiência para debater ações de prevenção aos impactos das mudanças climática



Deputado Jorge Felipe Neto_
FotoOficial_2023_RafaelWallace-9499
www.alerj.rj.gov.br

Comissão de Defesa do Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), realiza nesta sexta-feira (07/06), audiência pública para debater o tema "Emergência climática: Projetos e programas em execução". A reunião irá discutir as ações em andamento e os desafios futuros na gestão da emergência climática. O debate será às 10h, na sala nº 1801, no Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense.

O presidente da Comissão, deputado Jorge Felipe Neto (Avante), pontou o objetivo da reunião. "É sempre necessário discutir e buscar novas medidas para mitigar as mudanças climáticas, que afetam cada vez mais a população. Temos que estar alertas para as alterações no clima e seus impactos para não vermos as cidades sofrerem com tantas consequências, como as que temos visto acontecer", afirmou o deputado.

Foram convidados para o encontro Ricardo da Silva, gerente de Emergências Ambientais do Instituto Estadual do Ambiente (INEA); Raphaela Jahara, defensora pública; Sérgio Simões, representante da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES); Luiz Cláudio Magalhães, presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM), entre outros.

FONTE:

[HTTPS://WWW.REVISTAPORAQUI.COM.BR/NOTICIA/INDEX/ALERJ-REALIZA-AUDIENCIA-PARA-DEBATER-ACOES-DE](https://www.revistaporaqui.com.br/noticia/index/ALERJ-REALIZA-AUDIENCIA-PARA-DEBATER-ACOES-DE)

Palácio Tiradentes Tour Virtual

EXPLORE O PALÁCIO EM 360°.
Todo encanto e beleza do nosso
patrimônio

[HTTPS://WWW.PALACIOTIRADENTES.RJ.GOV.BR/TOUR-VIRTUAL](https://www.palaciotiradentes.rj.gov.br/tour-virtual)





4ª condes

**ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO**

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Programação

25/11 - Virtual*

- 18:30 – Pannel de abertura com membros da Comissão Estadual e das Comissões Locais - Recapitulação e nivelamento
- 20:00- Discussão do Regimento Interno
- 21:30– Encerramento

**O link será disponibilizado para as pessoas inscritas.*

26/11 - Presencial

- 8:30 – Credenciamento e café da manhã
- 9:00 - Atividade cultural
- 9:30 – Abertura solene
- 10:30 – Pannel: Contexto e Desafios da Economia Solidária no Brasil e no Rio de Janeiro
- 12:00 - Almoço
- 14:00 – Apresentação dos Setores da ECOSOL
- 17:00 - Encerramento

27/11 - Presencial

- 8:30 – Recepção e café da manhã
- 9:00- Grupos de trabalho por eixos temáticos
- 12:00– Almoço
- 14:00 - Plenária Final - sistematização das propostas dos GTs e eleição dos delegados para a Nacional
- 16:30 - Cerimônia de encerramento e apresentação cultural

Local: Palácio da Fazenda - Av. Pres. Antônio Carlos, 375, 13º andar, Rio de Janeiro-RJ.



FÓRUM ESTADUAL DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA
DO RIO DE JANEIRO

Conselho
Estadual de
Economia Solidária

Secretaria de
Trabalho e Renda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO



A **Revista do Meio Ambiente** (www.rebia.org.br) é elaborada a partir das colaborações da Rede Rebia de Colaboradores e Jornalistas Ambientais Voluntários e é distribuída de forma dirigida e gratuita, em âmbito nacional, em duas versões:

1) versão impressa – distribuída em locais estratégicos e durante eventos ambientais importantes que reúnam formadores e multiplicadores de opinião em meio ambiente e demais públicos interessados na área socioambiental (*stakeholders*) diretamente em stands, durante palestras, ou através de nossas organizações parceiras, empresas patrocinadoras, etc.;

2) versão digital – disponível para *download* gratuito no site da Revista bastando ao interessado:

- a) estar cadastrado na Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia) – rebia.org.br (cadastro e associação gratuitas);
- b) estar logado no momento do *download*;
- c) preencher o campo do formulário com o comentário sobre o porque precisa da **Revista do Meio Ambiente**.

Quem patrocina a gratuidade?

A gratuidade deste trabalho só é possível graças às empresas patrocinadoras e anunciantes, às organizações parceiras e à equipe de voluntários que doam seu esforço, talento, recursos materiais e financeiros para contribuir com a formação e o fortalecimento da cidadania ambiental planetária, no rumo de uma sociedade sustentável.

IMPRESSO



Revista do Meio Ambiente
Redação: Trav. Gonçalo
Ferreira, 777
Casarão da Ponta da Ilha,
Jurujuba, Niterói, RJ
CEP 24370-290